



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

RAFAELA RENÉE DA SILVA CASTRO

**AVANÇOS E ATRASOS NA CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO
DA PARAÍBA A PARTIR DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
(1990 à 2013)**

João Pessoa - PB

2014

RAFAELA RENÉE DA SILVA CASTRO

**AVANÇOS E ATRASOS NA CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO
DA PARAÍBA A PARTIR DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
(1990 à 2013)**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Rejane Gomes Carvalho

João Pessoa - PB

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C355a Castro, Rafaela Renée da Silva.

Avanços e atrasos na configuração socioeconômica do estado da Paraíba a partir do processo de reestruturação produtiva (1990 à 2013).
/ Rafaela Renée da Silva Castro. – João Pessoa: UFPB, 2014.
76f.: il

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Rejane Gomes Carvalho.
Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) –
UFPB/CCSA.

1. Mercado de trabalho. 2. Reestruturação Produtiva. 3. Política de
emprego - Paraíba. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia da aluna Rafaela Renée da Silva Castro, matrícula 10823211, intitulada “**Avanços e atrasos na configuração socioeconômica do estado da Paraíba a partir do processo de reestruturação produtiva (1990 à 2013)**”, foi submetida no dia 27/03/2014 às 17h00, no período letivo 2013.2, à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Prof.^a Dr.^a Rejane Gomes Carvalho (Orientadora); Prof.^a Dr.^a Wanderleya dos Santos Farias (Examinadora) e Prof.^a Ms. Nayana Ruth Manguiera de Figueiredo (Examinadora).

A presente Monografia foi _____ pela banca examinadora e obteve nota _____.

Reformulações Sugeridas: Sim () Não ()

Atenciosamente,

Prof.^a Dr.^a Rejane Gomes Carvalho
Departamento de Economia – UFPB

Prof.^a Dr.^a Wanderleya dos Santos Farias
(Examinadora)

Prof.^a Ms. Nayana Ruth Manguiera de Figueiredo
(Examinadora)

Cientes,

Prof. Ms. Ademário Félix de Araújo Filho
(Coordenador de Monografia)

Prof. Dr. Alexandre Lyra Martins
(Coordenador do curso de Ciências Econômicas)

Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia
(Chefe do Departamento de Economia)

Rafaela Renée da Silva Castro
(Aluna)

“O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra”.
Aristóteles

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pela minha existência, por me capacitar diariamente para cada aprendizado da vida, por enviar o seu espírito para me ajudar na elaboração e conclusão deste trabalho, por ser o meu suporte e fortaleza diante das adversidades e pelo seu amor que é incondicional.

Agradeço a minha mãe, Maria José, pelo apoio constante nos meus estudos, carinho, dedicação e por seu exemplo de humildade e persistência na realização dos sonhos. Ao meu pai, José de Castro, por todos os cuidados, pela força, companheirismo e seu modelo de simplicidade.

A minha orientadora, professora Rejane Gomes Carvalho, que foi essencial com a sua enorme ajuda na elaboração e conclusão deste trabalho, pela paciência, atenção, gentileza, compreensão, empenho e pelos conhecimentos que adquiri com seus ensinamentos.

Ao meu noivo, João Quirino, pela compreensão, carinho, motivação, dedicação, pelo ombro amigo nos meus momentos de desânimo e força para que eu concluísse esse trabalho.

A minha irmã, Rislaneane, pela cumplicidade, carinho, auxílio nos meus estudos e pela ajuda na elaboração deste trabalho.

Aos meus irmãos, Rick e Victor, pelo apoio e companheirismo. A minha avó Luzia e tia Francisca pela força, conselhos, carinho e atenção.

A todos os professores com quem estudei ao longo do curso e repassaram seus conhecimentos para a minha formação, em especial, o professor Aléssio Tony, com quem tive o prazer de participar do projeto de pesquisa, pelos seus ensinamentos, coragem e determinação. As professoras Wanderleya Farias e Nayana Figueiredo por aceitarem participar da banca e contribuírem com a finalização deste trabalho.

Aos meus amigos que tive a honra de conhecê-los durante o curso e que tiveram uma contribuição enorme para a realização deste trabalho, em especial, Evelynne e Helayne, que sempre me apoiaram, incentivaram e me passaram muita força, confiança e tranquilidade nos momentos de desespero. A Jadilma, Renata, Adriana, Talita, Edila e Darly pelo companheirismo e por terem proporcionado momentos de alegria. A Carla Caroline e Thiago Bruno, pelas caronas e por dividirem comigo o tempo de estudo. A Cardosinho e Diego, que também foram muito prestativos nas companhias e caronas para a Universidade.

A Maria Paula, Maria Alves, Ayron Marinho e José, por terem me acolhido com muito carinho em sua casa nos anos em que morei em João Pessoa, me dando muita força para continuar e concretizar os meus estudos.

RESUMO

Este trabalho apresenta os “Avanços e atrasos da configuração socioeconômica do estado da Paraíba a partir do processo de reestruturação produtiva (1990 à 2013)”, identificando as questões socioeconômicas que caracterizam o seu desenvolvimento, com destaque para o mercado de trabalho, considerando a participação dos indivíduos por grupos de idade, gênero, escolaridade e domicílio. A década de 1990 trouxe importantes mudanças para o mercado de trabalho com significativas alterações na geração de postos de trabalho, devido ao processo de reestruturação produtiva que exigia uma mão-de-obra mais qualificada para operar as novas tecnologias implantadas. Os baixos índices de crescimento da economia brasileira no início da década, acabou prejudicando o dinamismo dos setores econômicos e se refletindo na redução dos postos de trabalho, gerando uma grande massa de desempregados e de trabalhadores informais. Na Paraíba a importância dos setores econômicos foi sendo alterada. O setor agropecuário vem reduzindo sua participação no PIB ao longo dos anos, enquanto os setores de serviços e indústria estão crescendo. O processo de reestruturação teve grandes impactos no mercado de trabalho na Paraíba, principalmente, por este ser um estado que apresenta um alto índice de desigualdades sociais e por conter uma classe de trabalhadores com pouco grau de escolarização e baixa qualificação em alguns setores, necessitando da ajuda de políticas públicas de emprego para que consigam inserir-se no mercado de trabalho. Este estudo foi realizado de forma exploratória e descritiva utilizando dados do IBGE, IPEA, RAIS, CAGED e MTE. Observa-se que as diferenças sociais na Paraíba e o crescimento desigual dos setores econômicos têm prejudicado o desenvolvimento econômico no estado, concentrando a maior parte das ocupações no setor de comércio e serviços, além de registrar alto grau de informalidade, baixa qualificação profissional dos trabalhadores e fraca capacidade para a criação de novas ocupações no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Reestruturação Produtiva. Política de emprego. Paraíba.

ABSTRACT

This work presents the "Advances and delays in socioeconomic configuration of the Paraíba state from the productive restructuring process (1990 to 2013)", identifying the socioeconomic issues that characterize their development, especially the labor market, considering the participation of individuals by age, gender, home and schooling. The 1990s brought major changes to the labor market with significant changes in the generation of jobs due to the restructuring process that required a skilled workforce more qualified to operate the new technologies deployed. The low rates of growth of the Brazilian economy from 1990s, ended up hurting the dynamism of economic and reflected in the reduction of employment sectors, generating a large mass of unemployed and informal workers. In the Paraíba the importance of the economic sectors has been altered. The agricultural sector has been reducing its share of GDP, over the years, while the industry and service sectors are growing. The restructuring process had major impacts on the labor market in Paraíba, mainly because it is a state with a high rate of social inequalities and contain a class of workers with little education and low level of qualification in some sectors, requiring the help of public policies in the employment so that they can insert themselves in the labor market. This study was accomplished of the form exploratory and descriptive manner using data from IBGE, IPEA, RAIS and CAGED/MTE. It is observed that social differences in Paraíba and uneven growth of economic sectors has hindered economic development in the state, focusing most of the occupations in trade and services sector besides registering high degree of informality, low-skilled workers and weak capacity to create new jobs in the labor market .

Keywords: Labour Market. Productive Restructuring. Employment policy. Paraíba.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
Proemprego	Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador
Proger	Programa de Gerações de Emprego e Renda
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Paraíba - População residente por sexo e idade em 2010	47
Gráfico 2: Paraíba - População residente por situação do domicílio e sexo em 2000 e 2010..	48
Gráfico 3: Nordeste e Paraíba - Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade por sexo em 2000 e 2010 (em %)	49
Gráfico 4: Estados do Nordeste - Pobreza - número de domicílios extremamente pobres (em unidades) de 2001 a 2012	50
Gráfico 5: Estados nordestinos - Proporção dos indivíduos pobres com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais	51
Gráfico 6: Estados nordestinos - Índice de Gini de 1991 a 2010	52
Gráfico 7: Estados nordestinos - Renda: razão entre a renda dos 20% mais ricos e a renda dos 20% mais pobres (em %)	52
Gráfico 8: Estados nordestinos - Renda domiciliar <i>per capita</i> média de 2007 a 2012 (em R\$)	53
Gráfico 9: PIB dos estados nordestinos em 2010 (Preços constantes em R\$ de 2000)	54
Gráfico 10: Paraíba - participação dos setores econômicos no PIB em 2010 (%)	55
Gráfico 11: PIB dos estados nordestinos de 2000 a 2010 (Preços constantes R\$ de 2000)	56
Gráfico 12: PIB <i>per capita</i> dos estados nordestinos em 2011 (Preços correntes)	57
Gráfico 13: Paraíba - População Economicamente Ativa por domicílio e gênero (1991, 2000 e 2010)	58
Gráfico 14: Paraíba - População Economicamente Ativa e Não Economicamente Ativa (1991, 2000 e 2010)	59
Gráfico 15: Paraíba - Pessoas de 10 anos ou mais de idade da PEA segundo o grau de instrução em 2010	60
Gráfico 16: Brasil - admissões e desligamentos de 2007 a 2013 (nº absoluto)	61

Gráfico 17: Paraíba - admissões e desligamentos de 2007 a 20013 (n° absoluto)	62
Gráfico 18: Paraíba - Valor do rendimento médio mensal por gênero e domicílio (2010).....	64
Gráfico 19: Paraíba - Salário médio por setor produtivo e gênero em 2011	65
Gráfico 20: Paraíba - Valor do rendimento médio mensal <i>per capita</i> de domicílios particulares permanentes em 2010 (R\$).....	66
Gráfico 21: Paraíba - Valor do rendimento por gênero e por grau de instrução em 2010	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Paraíba - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com posição na ocupação e contribuição para a previdência oficial no trabalho principal em 2010	63
Tabela 2: Paraíba - Classes de rendimento médio dos trabalhadores por sexo e idade em 2011	65
Tabela 3: Paraíba - Valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento do trabalho principal e contribuição para o instituto de previdência em 2010	68

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Considerações metodológicas.....	15
1.2 Problemática	15
1.3 Justificativa.....	16
1.4 Objetivos.....	17
2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	18
2.1 Elementos da reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho.....	18
2.2 Relações de trabalho e emprego no Brasil frente ao novo modelo de produção	22
2.3 O cenário do mercado de trabalho no Nordeste e na Paraíba.....	30
3. POLÍTICA DE EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO	35
3.1 Política pública de emprego e inserção social	35
3.2 O perfil do trabalhador a partir dos anos de 1990: empreendedorismo e competência	41
4 CONFIGURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DEMOGRÁFICAS, DA ATIVIDADE ECONÔMICA, DO MERCADO DE TRABALHO E DA RENDA NA PARAÍBA DE 1990 À 2013	45
4.1 Características da População do Estado da Paraíba	46
4.2 Atividade econômica por setores e participação no PIB	53
4.3 Formação do emprego e rendimento na Paraíba	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

1 INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico e do mercado de trabalho da economia paraibana a partir da construção de informações relevantes que caracterizam a situação do mercado de trabalho no estado a partir dos anos de 1990 para identificar os tipos de ocupações criadas, a distribuição dos postos de trabalho por gênero, o rendimento, a qualificação e o grau de instrução da mão-de-obra ofertada.

A economia brasileira passou por várias transformações a partir da década de 1990 devido à ascensão da política neoliberal que trouxe a abertura dos mercados e do sistema financeiro, além da implantação de várias medidas no campo das políticas fiscal e monetária. Esses fatores provocaram o enfraquecimento de alguns setores produtivos a nível da economia interna e a desregulamentação do mercado de trabalho. Observou-se a destruição de alguns postos de trabalho e o surgimento de outras categorias, movimento estimulado com o processo de reestruturação da produção e com a globalização. Desta forma, iniciou-se a implantação de um novo modelo produtivo em que foram introduzidas novas técnicas de organização da produção, caracterizado, entre outros aspectos, pela terceirização da força de trabalho, descentralização e flexibilização da produção e das relações de trabalho.

A intenção do processo de reestruturação era promover o crescimento da produtividade local (que estava passando por processo de recessão), através das novas formas de produção e uso de tecnologias modernas para que o país pudesse se tornar competitivo. Por outro lado, isso acabou prejudicando o mercado de trabalho, pois várias empresas demitiram um nível elevado de seus funcionários com o objetivo de reduzir seus custos de produção, já que os trabalhadores tornaram-se desqualificados para operar os novos sistemas produtivos.

Com isso, o processo de reestruturação no início da década de 1990 só veio piorar a situação da economia do país, que ficou mais enfraquecida devido à dificuldade dos setores econômicos de modernizar suas forças produtivas, resultando na redução do dinamismo da economia. Nesse período, foram registrados altos níveis de desemprego, devido à incapacidade de gerar novos postos de trabalho através da requalificação dos trabalhadores. Isso foi motivo suficiente para aumentar a precarização da força de trabalho, fazendo com que a classe de trabalhadores se submetesse a procurar outras formas de emprego, se deslocando para o setor de serviços, que tinha pouca capacidade de absorver trabalhadores sob as condições formais. Restou-lhes, no entanto, aceitar emprego sem carteira de trabalho assinada, em que as condições de trabalho são muito precárias, os trabalhadores não tem a proteção de seus direitos e o nível de remuneração é muito baixo.

Muitos trabalhadores passaram a trabalhar por conta própria como autônomos ou em cooperativas, aumentando o número da informalidade do mercado de trabalho e, conseqüentemente, a incidência da pobreza. Com isso, os setores de serviços e comércio que apresentam uma dinâmica produtiva diferente e instável em relação aos setores da indústria e da agropecuária, cresceram muito nas duas últimas décadas, caracterizando os setores de maior importância no PIB de alguns estados, como é o caso da maior participação do setor de serviços no estado da Paraíba.

O processo de reestruturação causou um caos social, pois era muito grande o número de pessoas desocupadas no início da década de 1990, restando ao governo o papel de realizar políticas para reduzir o nível de desemprego. Para isso, lançou vários programas de auxílio aos trabalhadores para reinseri-los no mercado por meio dos programas de qualificação e ampliação da educação pública, permitindo uma reciclagem do trabalhador, estimulando a qualificação do trabalhador obsoleto e com baixas capacidades intelectuais e transformando-o num trabalhador novo, apto para produzir e transferir seus conhecimentos para os processos produtivos em prol do crescimento da empresa, com habilidades adquiridas por meio da instrução e qualificação da força de trabalho, já que os novos processos de produção necessitavam de trabalhadores mais qualificados devido à flexibilidade do mercado de trabalho.

Desse modo, o balanço do mercado de trabalho resulta em exclusão e precarização da classe trabalhadora, em que as conseqüências do processo vão cada vez mais solapando as condições de trabalho quanto mais se integralizam, aumentando as desigualdades sociais (LEITE, 2003).

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, além desta introdução, também estão apresentadas as considerações metodológicas e os objetivos. No segundo capítulo são abordadas as contribuições teóricas e a revisão da literatura. O terceiro capítulo discute as ações e os efeitos das políticas públicas de emprego direcionadas a qualificação do trabalhador como forma de inseri-los no mercado de trabalho. No quarto capítulo é feita a análise sobre os dados da pesquisa que apresentam o cenário econômico em que está estruturada a formação do mercado de trabalho na região Nordeste e no estado da Paraíba. Por fim, são apresentadas as principais conclusões deste trabalho com as considerações finais.

1.1 Considerações metodológicas

O estudo deste trabalho foi realizado por meio da utilização de referências de trabalhos e artigos literários relacionados com a abordagem do trabalho, a fim de descrever os acontecimentos que intencionaram o trabalho. Utilizou-se, também, dados estatísticos para ilustrar o objeto de estudo. Assim, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva.

Além da descrição da revisão teórica, os dados estatísticos foram levantados e interpretados para dar suporte às teorias e explicar de forma mais precisa as mudanças que transcorreram e que caracterizam o mercado de trabalho nos períodos analisados. Os dados foram retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

1.2 Problemática

As transformações que ocorreram no mercado de trabalho nas duas últimas décadas tem dificultado a geração de novos postos de trabalho, tanto no Brasil como em suas regiões, principalmente nas regiões que apresentam um baixo índice socioeconômico como é o caso da região nordeste.

A busca desenfreada pela competição e a constante inovação dos meios produtivos, criaram a necessidade de trabalhadores bastante qualificados e com um nível de instrução elevado para aumentar a qualidade da produção e sua eficiência. No entanto, uma grande massa de trabalhadores ficou sem trabalho por conta da baixa ou da falta de qualificação da mão-de-obra ofertada, impedindo que novos postos de trabalho fossem formados, já que boa parte dos empresários não se via obrigado a qualificar seus funcionários por serem altos os custos de qualificação, restando ao governo corrigir as falhas da política neoliberal.

Os setores produtivos da economia tiveram dificuldades de se desenvolver e de gerar contratos formais. Desta forma, o mercado de trabalho ficou totalmente desfigurado, pois cresceu o número de empregos informais depois da reestruturação dos mercados, apesar do aumento do emprego formal ao longo dos anos, onde a maior parte das ocupações formadas é de trabalhadores com baixo valor agregado, ou seja, baixo nível educacional e pouco qualificados.

Percebe-se que esses problemas devem-se aos altos índices de desigualdade sociais que ainda persistem, mais é possível que sejam amenizadas as diferenças entre a população cabendo, portanto, ao estado realizar políticas públicas que sejam mais eficazes, para que o mercado de trabalho seja mais igualitário na sua composição de trabalhadores que ofertam sua mão-de-obra. As ações de políticas públicas podem contribuir para que os trabalhadores consigam aumentar a sua produtividade no emprego e permitem assegurar a sua fixação e ascensão no mercado de trabalho com a elevação do nível de rendimentos, além de promover um melhor bem estar social e o crescimento econômico.

Conforme o que foi exposto, este trabalho busca responder a seguinte questão: qual a configuração do mercado de trabalho na Paraíba em termos de seus setores produtivos, dos postos de trabalho e dos profissionais para responder uma demanda mais exigente de novos investimentos para desenvolver-se?

1.3 Justificativa

Desde a década de 1990 que o Brasil vem registrando sérios problemas no mercado de trabalho por causa do processo de abertura comercial e de reestruturação produtiva. Esses acontecimentos causaram um aumento generalizado no desemprego durante vários anos e piorou as condições de trabalho através do aumento da precarização e da flexibilização, causados pelo crescimento do emprego informal.

Esses fatores foram mais evidentes com o aumento da participação de alguns setores na economia e a perda do dinamismo de outros, como é o caso do setor agropecuário que foi reduzindo sua participação econômica no PIB da Paraíba no decorrer das duas últimas décadas, pressionado pelo processo de reestruturação econômica, pela concorrência entre os setores produtivos e pela disputa de recursos financeiros entre os estados, além da intensa urbanização no estado. Esse processo empurrou os trabalhadores para os setores de indústria e serviços reduzindo a absorção de mão-de-obra no setor agropecuário. Contudo, o nível de desemprego urbano foi prejudicado devido às péssimas condições sociais dos trabalhadores que possuíam baixo nível de escolaridade e pouca qualificação.

Com isso, entende-se que uma população sem as condições básicas para se reproduzir atrapalha o crescimento econômico, por não possuir a qualificação exigida pelas organizações e por não ter condições de contribuir com o sistema de reprodução sendo, portanto, fatores limitantes ao desenvolvimento econômico da região.

Apesar das melhorias sociais e econômicas ao longo dos anos devido à ação de políticas corretivas e da assessoria do estado, por meio de políticas públicas para o mercado de trabalho, que conseguiram aumentar o nível de emprego, observa-se que essas ações não foram suficientes, pois os problemas não foram totalmente extintos. Ainda é grave o nível de desigualdade social que prejudica a formação de novos postos de trabalho no Brasil, principalmente na região nordeste e na Paraíba que é um dos estados mais pobres do país.

No entanto, considerando que o setor que mais cresceu na Paraíba foi o de serviços e que este é o principal responsável pela geração do emprego urbano e, em parte, pela concentração da pobreza, da desigualdade e ainda pela geração de baixos salários, dá-se a importância de estudar o mercado de trabalho na Paraíba para observar a relação de atraso que o estado se encontra em comparação com os demais estados da região Nordeste.

1.4 Objetivos

Objetivo Geral

Analisar o perfil socioeconômico do estado da Paraíba e caracterizar a situação do mercado de trabalho a partir dos anos de 1990 visando identificar os tipos de ocupações criadas de acordo com os setores produtivos, gênero, rendimento, qualificação e o grau de instrução da mão-de-obra ofertada.

Objetivos específicos

Identificar as transformações do mercado de trabalho no Brasil decorrentes da reestruturação produtiva e da globalização dos mercados.

Abordar a participação das políticas públicas na geração de empregos.

Apresentar a contribuição dos setores econômicos para a geração de postos de trabalho na Paraíba.

Avaliar os dados socioeconômicos do estado da Paraíba em comparação aos demais estados da região Nordeste.

Analisar o comportamento da atividade produtiva da Paraíba e a participação dos principais setores no PIB.

Analisar a distribuição das ocupações por nível de rendimento, gênero, idade, grau de instrução e qualificação da População Economicamente Ativa no estado da Paraíba.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

2.1 Elementos da reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho

A década de 1990 foi marcada pelo forte impacto da reestruturação produtiva do capitalismo, com a implantação de novos métodos que marcaram o processo da acumulação flexível embora, no Brasil, este processo tenha se dado de modo diferente de outros países, considerando suas especificidades históricas quanto à produção e ao mercado de trabalho. Essa nova forma de organização ficou caracterizada com a implantação do controle de qualidade total, das novas formas de admissão e da terceirização no processo de contratação da força de trabalho. Além disso, destaca-se também a descentralização da produção, com deslocamento de plantas e unidades de produção para cidades com baixo custo de mão-de-obra, tendo em vista que a abertura comercial estimula a concorrência entre os países, obrigando os produtores locais a procurarem lugares com maiores incentivos fiscais.

As mudanças técnicas e sociais da produção e a organização do controle social do trabalho passaram a orientar o processo produtivo para um menor recrutamento da força de trabalho. A contratação de empregados passou a utilizar-se dos recursos da terceirização, o que admitiu uma maior flexibilização e redução dos direitos sociais dos trabalhadores.

Com a abertura comercial, a partir dos anos de 1990, o Brasil tornou-se alvo para capitais estrangeiros produtivos, sendo que alguns setores passaram a investir em novas tecnologias em nosso país devido à atrativa mão-de-obra barata existente, combinando a utilização de uma tecnologia avançada e especialização da força de trabalho. Como consequência, observou-se o aumento da exploração do trabalho (ANTUNES, 2006).

De acordo com Antunes (2006), neste período, a indústria brasileira, tendo como exemplo o setor automobilístico, sofreu com algumas alterações no padrão de proteção alfandegária, havendo redução das tarifas de importação de veículos. Estas mudanças foram consequência da política de estabilização na economia doméstica, adotada na época pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) quando pretendia estabilizar a economia, provocando o acirramento entre os produtores locais, a fim de incentivar a redução dos custos produtivos e a melhora na qualidade dos produtos internos frente aos importados, através da utilização da política de valorização cambial. Dessa forma, com um menor custo de importação, entre outras medidas, intensificou-se o processo de reestruturação produtiva, aplicando tecnologias que eram responsáveis pela maior parte dos ganhos de produtividade.

Surgiram, assim, novos métodos de organização, contratação de trabalho mais qualificado por parte das grandes empresas, terceirização da força de trabalho, diminuição de cargos de confiança, redução do porte das fábricas que iam sendo implantadas e expansão de empresas fornecedoras.

Segundo Antunes (2006), o processo de reestruturação alcançou também o setor financeiro. Os trabalhadores bancários, por exemplo, não escaparam das mudanças na organização do setor, incluindo novos processos e rotinas de trabalho, estimuladas pelas tecnologias de base microeletrônica. Esse modelo produtivo causou uma enorme precarização dos empregos e diminuição dos salários e dos direitos sociais de todos os empregados, principalmente dos terceirizados.

Para o autor, as demissões voluntárias passaram a ser regra nos bancos públicos e a terceirização passou a tomar conta do setor bancário. Ainda analisou a divisão sexual do trabalho durante o processo de adaptação aos novos mecanismos impostos de automatização e flexibilização do trabalho, em que as mulheres lutavam por melhores condições e exigiam igualdade na carreira e nos salários entre homens e mulheres. Entretanto, a desigualdade permaneceu, o trabalho feminino continuou sob dura exploração e a segmentação entre gênero permanece sendo observada.

Antunes (2006) afirma que com a inovação no sistema financeiro, criou-se a necessidade de aprimoramento dos conhecimentos para uma nova adaptação e qualificação profissional dos funcionários. No entanto, para evitarem o risco de ficarem desempregados, os trabalhadores investiram na formação geral e polivalente, com a intenção de permanecerem nos postos de trabalho, sendo obrigados a estender o tempo de trabalho para dar conta do crescente número de tarefas.

Outros setores que também sofreram resultado semelhante do novo processo de reestruturação produtiva foram o calçadista e o têxtil. A utilização das novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho melhorou a produtividade dos trabalhadores fazendo com que estes ficassem mais produtivos. Com isso, houve uma significativa diminuição dos postos de trabalho, principalmente no setor têxtil, que reduziu em 50% o número de empregados na primeira metade da década de 1990. Os direitos sociais do trabalho foram deteriorados com o aumento da externalização e da terceirização da produção. Não só reduziram os salários, mas também direitos como o descanso semanal remunerado, férias, o 13º e aposentadoria. A redução dos salários, os descumprimentos dos direitos trabalhistas, o aumento da subcontratação e precarização da força de trabalho resultaram numa massa de desempregados que, sem alternativas, deram origem a criação de emprego nas cooperativas e em domicílio,

convivendo com as mesmas condições precárias impostas pelo processo de reestruturação nas empresas (ANTUNES, 2006).

Com a abertura do comércio e a ineficiência econômica do Brasil, em termos de crescimento, o país vivenciou um período de profunda crise do emprego neste período. Segundo Antunes (2006), existe três componentes que explicam essa desestruturação do mercado de trabalho. Uma delas refere-se ao desemprego em larga escala em quase todos os segmentos sociais. Outro componente está associado à regressão dos postos de trabalho formais, que reduziu o número de assalariados. E, o último, corresponde ao processo de destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade e a falta de renovação da carreira nos novos empregos.

Os anos de 1990 foram marcados por um alto nível de desemprego, ganhando maior proporção a partir de 1994 quando o país passou por um novo período de reestruturação, colocando o Brasil na quarta posição entre os países que apresentaram o maior nível de desemprego. A redução dos empregos assalariados teve um maior peso nas ocupações com registro no trabalho formal. Enquanto isso, os assalariados sem registro continuaram aumentando, mas com taxas de variação insuficiente para compensar a perda de vagas com carteira assinada. O início dos anos 2000 também foi marcado pela continuidade do desemprego, aprofundando a questão social (ANTUNES, 2006).

A revelação elucidadora do autor aponta que as oportunidades de emprego que foram criadas correspondem a ocupações com baixa remuneração, por conta própria, autônomos, trabalho independente, de cooperativa, com precárias condições de trabalho e remuneração, contribuindo para aumentar a precarização do trabalho na década de 1990. O desemprego passou a atingir todos os segmentos sociais. Antunes (2006) explica que isso não só ocorreu entre jovens, mulheres, negros, pessoas sem qualificação profissional, analfabetos e trabalhadores com pequena experiência profissional, mas também entre grupos com maior escolaridade, profissionais com experiências em níveis hierárquicos superiores e com elevados níveis salariais. No mesmo contexto, ele constatou que, entre os anos de 1992 e 2002, o desemprego passou de 6,7% para 9,3% do total da população economicamente ativa, representando um aumento relativo próximo a 40%.

Conforme Antunes (2006), para o Brasil suportar a criação de novos empregos, deveria crescer a taxas acima de 5% ao ano. Com base nesse argumento o autor elenca os quatro principais elementos que compunham o novo modelo econômico na década de 1990 que, aparentemente, está mais para a destruição do que para a criação de novos empregos, ou seja, as alterações na composição da demanda agregada, a natureza da reinserção externa da

economia nacional, o processo de reestruturação empresarial e o padrão de ajuste do setor público brasileiro. O autor destacou, ainda, que nos anos de 1993 e 1997 a produção nacional cresceu 23,4%, porém a contratação de empregos assalariados formais reduziu em 902 mil vagas. A adoção do novo modelo econômico, a partir da década de 1990, teve impacto na demanda agregada que não se mostrou capaz de permitir a geração de empregos necessários para o Brasil.

Pochmann (2001) enfatiza que é necessário entender a divisão do trabalho no mundo, que se acentuou com a abertura comercial, a partir da reforma do papel do Estado e da desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, culminando nas mudanças provocadas pela revolução na tecnologia e nas novas formas de organizações produtivas incrementadas pelas grandes empresas.

De acordo com Pochmann (2001), a primeira Divisão Internacional do Trabalho foi caracterizada pela produtividade agrícola, concentrada na periferia, e pela produção manufatureira que, até então, só era produzida nos grandes centros. A segunda Divisão Internacional do Trabalho foi marcada, em especial, nos países de menor renda, caracterizada pelo pequeno número de trabalhadores assalariados e pela precarização do trabalho no setor industrial, alterando a base produtiva e concentrando a produção nos itens de exportação. Já a mais recente divisão Internacional do Trabalho está condicionada a dimensão financeira, através da fusão e aquisição de uma ou mais empresas por outras, a fim de alcançar ganhos produtivos sem a necessidade de alterar a composição do emprego. Impulsionada pela economia do trabalho flexível, a empresa consegue operar com o menor custo possível, mesmo que cause degradação dos postos de trabalho.

O processo de periferação da indústria, como resultado do deslocamento das partes mais complexas das atividades manufatureiras, proporcionou a produção de bens “quase commodities” com suporte na alta produtividade, no menor preço unitário, na simplificação tecnológica e com a rotinização das tarefas pelos trabalhadores. Desse modo, as condições são favoráveis ao empregador, pois utilizam uma mão-de-obra barata e as condições de emprego correspondem às mais flexíveis e precárias, por não serem dotados de qualificação profissional superior. As funções mais importantes concentram-se nas esferas de execução, distribuição e montagem de produtos, muitas vezes, com organização do trabalho crescentemente taylorizado (POCHMANN, 2001).

A partir dessa nova Divisão Internacional do Trabalho, a grande maioria dos trabalhadores com qualificação passaram a pertencer aos centros capitalistas desenvolvidos. O mercado de trabalho nos países com maior rendimento era caracterizado por uma quantidade

maior de trabalhadores qualificados, o que correspondia a quase 72% no ano de 1997, enquanto que a participação de trabalhadores sem qualificação estava perdendo espaço, ocorrendo situação inversa na periferia e semiperiferia. Nesse mesmo período, considerando a composição do mercado de trabalho nos países com menor arrecadação em relação aos trabalhadores qualificados, apenas três de dez trabalhadores pertenciam a essa classe, e dos trabalhadores sem qualificação, a maior parte, ou seja, oito de dez trabalhadores. A participação do Brasil no mundo, com relação aos empregos industriais era de 3,1% em 1999, o que equivale, em nível nacional, a menos de 12%, ou seja, parecido com o que era verificado no país quando estava iniciando seu processo de industrialização (POCHMANN, 2001).

Pochmann (2001) observa que houve uma redução de 12,3% entre os anos de 1990 e 1998 nos postos de trabalho qualificados e aumento de 14,2% nos postos de trabalho sem qualificação, de acordo com os dados do Ministério do Trabalho. Com a difusão dessa nova Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil perdeu força na sua capacidade de crescimento, que vinha se mantendo com a geração de novos empregos na economia, sobrevivendo agora apenas com a insignificante variação na renda nacional devido à pouca oportunidade de trabalho oferecida e, muitas vezes, sem qualificação. Os empregos qualificados diminuíram, tendo como principais fatores responsáveis o aumento das importações, a falta de novos investimentos no país, as mudanças que ocorreram no papel do setor público e o pequeno crescimento do produto nacional.

2.2 Relações de trabalho e emprego no Brasil frente ao novo modelo de produção

A situação estrutural e econômica do Brasil está relacionada com os acontecimentos do início dos anos de 1990. Com a abertura comercial e o consequente aumento da concorrência e as eventuais mudanças que ocorreram na economia, na política e na sociedade em geral, começaram a surgir os primeiros sinais do processo de reestruturação produtiva.

Segundo Leite (2003), as empresas passaram a investir em tecnologias que se aproximavam do chamado modelo japonês ou toyotismo¹, modificando o cenário produtivo nos diversos setores industriais, dinamizando e diversificando a produção de região para região de acordo com as condições de investimento de cada empresa. Segundo a autora, essas

¹O Toytismo é um sistema de organização voltado para a produção de mercadorias de acordo com a demanda, objetivando a não acumulação de produtos e matérias-primas. Criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, o sistema foi aplicado na fábrica da Toyota (origem do nome do sistema).

mudanças no processo de reestruturação caracterizam dois fatos. O primeiro é que, mesmo com a possibilidade de crescimento e diversificação da produção no Brasil, o acesso a novas estratégias de produção com a utilização de novas tecnologias, foi muito limitado para a maioria das empresas, o que dificultou a modernização e adequação aos novos padrões de produção, apesar de já estar sendo introduzido no setor automobilístico. O segundo foi que a continuidade desse processo agravou as condições sociais do trabalhador no país.

A abertura do mercado para o comércio internacional provocou a competitividade entre os empresários no Brasil, que passaram a se preocupar com a produtividade e a qualidade dos seus produtos exigindo, dessa forma, maior flexibilidade da força de trabalho, como responsável por uma maior eficiência na produção e a criação de produtos de excelente qualidade.

Segundo Ruas (1992 *apud* LEITE, 2003), dois acontecimentos ajudaram para que os empresários conseguissem renovar seus equipamentos, acentuando o processo de reestruturação produtiva com a adoção de estratégias mais sistêmicas. Um dos motivos foi o agravamento da crise a partir de 1990, que levou os empresários a comprarem no exterior reduzindo, dessa forma, a comercialização do mercado doméstico. O outro motivo foi a política de abertura comercial implantada na época do governo Collor, o que forçou a inovação dos métodos produtivos, para que fosse possível alcançar a melhoria da qualidade e produtividade das empresas domésticas e, assim, tivessem capacidade de competir com empresas internacionais. Apesar de muitos empresários conseguirem investimentos e terem aderido ao processo produtivo com as inovações tecnológicas, a reestruturação não havia alcançado todos os setores produtivos. As novas formas de produção e de organização do trabalho ainda não faziam parte da rotina produtiva e administrativa de muitas empresas.

De acordo com Gitahy e Rabelo *et al* (1991 *apud* LEITE, 2003), no início dos anos de 1990, os programas de qualidade e produtividade já estavam sendo inseridos nas empresas, refletindo a necessidade de transformar e melhorar as condições de trabalho através da estabilização dos trabalhadores. Os empresários começaram a treinar seus funcionários, facilitando a distribuição dos operários nos cargos e salários, de acordo com as distintas especialidades e competências. Reduziram as classes de maior prestígio social, assim como procuraram formar um ambiente de trabalho mais agradável, de modo a compor uma melhor relação dos empresários com seus funcionários e entre os empregados.

Segundo Leite (2003), os empresários que implantaram tecnologias mais inovadoras em seus processos produtivos estavam se empenhando para introduzir a participação dos empregados, em consonância com o modelo de produção japonês ou toyotista. Já Humphrey

(1994 *apud* LEITE, 2003), observou uma redução da taxa de rotatividade dos empregados nas empresas, enfatizando o compromisso dos empresários em qualificar e capacitar seus funcionários. O interesse dos empresários não tinha em sua totalidade a intenção de capacitar os funcionários para que estes tivessem conhecimento técnico ou operacional, pois estavam mais voltados para estimular ações de apoio e cooperação nos trabalhadores, a fim de facilitar a implantação dos novos programas de gerenciamento (LEITE, 2003).

Conforme ressaltou Leite (2003), os empresários tentavam evitar o aumento no nível salarial dos funcionários de acordo com os novos padrões produtivos, o que acabou por provocar um sentimento de injustiça, já que o desempenho e as funções dos trabalhadores tornaram-se ainda maiores, sendo responsáveis por inúmeras atividades e recebendo níveis salariais que não se adequavam ao grande empenho que exigiam as tarefas. Em relação às mulheres, essas eram tratadas de forma diferenciada. Para Hirata *et al.* (1994 *apud* LEITE, 2003), elas quase não participavam dos treinamentos impostos pelas empresas, em razão de estas ainda terem como obrigação atividades do lar que as impediam de se concentrar profundamente nos trabalhos de maior exigência profissional.

A redução da rotatividade dos empregos resultava, na maioria das vezes, nas demissões em massa dos funcionários, por não se enquadrarem nos requisitos exigidos pelas empresas. Dessa forma, eram excluídos os de baixa escolaridade e que tinham uma idade mais avançada, os que não conseguiam se renovar e se adequar aos novos modelos produtivos e, também, aqueles que lutavam juntamente com os sindicatos e que lideravam grupos de operários e das comissões da empresa evidenciando que ainda era comum o autoritarismo das empresas (LEITE, 2003).

Esse processo de centralização produtiva levou as empresas à adequação do novo modelo, formando cadeias produtivas com apoio nas relações existentes entre elas. Segundo Leite (2003), apesar da grande relação entre as empresas, algumas não eram colaboradoras entre si. Atribuía pouca importância à preocupação em oferecer produtos de melhor qualidade, formação e organização da gestão de seus fornecedores, observando-se, nesses casos, o desgaste das condições de trabalho no tocante a qualidade oferecida pelas equipes empresariais.

Com o processo de reestruturação produtiva e a produção em cadeia, aumentou a subcontratação de trabalhadores sem qualificação profissional, enquanto que foram reduzidos os empregos de melhor qualidade. Com isso, os operários têm convivido com precárias condições de trabalho por não terem qualificação, além de subordinados à monotonia das repetitivas tarefas, a intensificação do trabalho, ao não recebimento dos benefícios, sujeitos a

adquirirem doenças provocadas pelo excessivo trabalho ou por trabalharem em áreas de risco a saúde, sendo constantemente monitorados pelo excessivo controle dos gerentes e, no fim de tudo, o que lhes cabe é o recebimento de uma precária remuneração.

Como os funcionários com baixa qualificação ocupam os últimos postos da cadeia produtiva, a discriminação que ainda persiste com as mulheres faz com que elas também ocupem a mesma posição que esses operários. Leite e Rizek *et al.* (1998 *apud* LEITE, 2003) argumentam que as mulheres eram praticamente excluídas dos cursos técnicos e tinham que frequentar apenas os cursos comportamentais que não tinham conteúdos importantes para uma melhor qualidade do emprego. Dessa forma, por não possuírem conhecimentos e qualificação adequados, a ausência de mobilidade no emprego entre as mulheres dificultava a conquista de um cargo melhor.

O processo de reestruturação que vinha se fixando na década de 1990 com a inclusão do trabalhador individual, evidenciava a intenção dos empresários de afastarem da organização sindical e a formação de grupos que pudessem interferir nas estratégias empresarias de inovação produtiva. A resistência dos empresários provocou a perda de alguns direitos trabalhistas, assim como a menor participação nas decisões, quando havia propostas de mudanças produtivas, além de perderem facilmente seus empregos (LEITE 2003).

Como evidenciam Bresciani e Tadashi (2003 *apud* LEITE, 2003), a partir de 1995 as empresas passaram a incorporar nos seus contratos de trabalho a participação nos lucros e resultados da empresa aos funcionários. Além disso, avançaram as negociações para a diminuição da jornada de trabalho, ficando ainda mais flexível com a incorporação do banco de horas. Todas refletindo medidas de maior flexibilização das relações sociais de trabalho.

A resistência dos empresários no combate aos grupos sindicais que insistiam na melhoria das condições sociais de trabalho e por maiores oportunidades profissionais para os operários, fez com que os sindicatos criassem novas práticas de apoio ao trabalhador, participando de programas que apresentavam os interesses dos sindicatos sem ajudar de fato os trabalhadores, não apenas na formação profissional mas, também, auxiliando nos programas de geração de emprego e renda. Como o processo de reestruturação ajudou a aumentar o nível de desemprego, os sindicatos intensificaram suas ações na formação de cooperativas, a fim de acolher os trabalhadores que se encontravam desempregados e lhes proporcionar uma fonte de renda (LEITE, 2003).

Várias ações foram criadas nessa época visando a proteção dos direitos dos trabalhadores, mas com perfil oportunista e fraudulento, como destacou Leite,

Essas ações vêm se desenvolvendo paralelamente ao trabalho de denúncia e luta contra iniciativas empresariais de criação de cooperativas fraudulentas como forma de burlar a legislação trabalhista, visando a flexibilização do trabalho e o rebaixamento de custos mediante a não-observância dos direitos do trabalho para a mão-de-obra empregada. Ao contrário das cooperativas formadas por iniciativa dos trabalhadores, baseadas no associativismo, as cooperativas fraudulentas se assentam no modelo empresarial e são consideradas pelos sindicatos formas “espúrias” de flexibilização do trabalho, motivo pelo qual vêm sendo incessantemente atacadas (LEITE, 2003, p.100).

Esses fatores refletem o desequilíbrio no mercado de trabalho que o processo de reestruturação tem provocado, tanto na quantidade de emprego criado, como também no nível de formação dos trabalhadores e salários reais.

Conforme Leite (2003), nos anos de 1990, paralelamente ao aumento do desemprego, houve o “desassalariamento”, explicado tanto pelo grande número de desempregados, quanto pelo crescimento do mercado informal que se tornava o refúgio dos trabalhadores que buscavam alternativas de renda. Estes eram caracterizados por uma parcela de trabalhadores assalariados, mais que trabalhavam sem registro, assim como pelos operários que trabalhavam sob as mesmas condições, mas que não recebiam remuneração de acordo com o piso salarial. Pochmann (1999 *apud* LEITE, 2003) fez um estudo no final da década de 1990 dentro desse contexto e observou que para cada dez empregos oferecidos, oito deles não receberiam salário, enquanto os outros dois não eram fichados.

Ainda nesta discussão, Leite (2003) utilizou os dados da pesquisa do DIEESE que fez uma análise sobre a situação do trabalho no Brasil e observou alguns aspectos sobre o cenário do mercado de trabalho em algumas regiões metropolitanas. Dentre os elementos analisados, foi evidente o aumento do desemprego a partir dos anos de 1996, a dificuldade de empregabilidade, o aumento do período de procura por emprego, assim como o crescimento dos segmentos mais perseguidos pelo desemprego como o dos jovens, pessoas com baixa qualificação, na parcela de trabalhadores mais produtivos entre 25 e 39 anos e na parcela mais experiente, acima de 40 anos, atingindo também pessoas com maior nível de qualificação.

Neste cenário, Leite (2003) destacou a flexibilidade da contratação dos empregados sem registro e das empresas terceirizadas que ficaram responsáveis pela contratação, bem como a criação do emprego autônomo e da extensa jornada de trabalho que excedia às 44 horas semanais.

No mesmo contexto, destaca-se o acúmulo de empregados na base da pirâmide, com 80,5% dos trabalhadores que recebiam, no ano, até cinco salários mínimos. Ademais, registrou-se o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho durante a década de 1990, mas que não representavam, portanto, uma melhor oportunidade na carreira, pois a

inserção no mercado devia-se, em segundo lugar, a função de domésticas. As mulheres estavam expostas às condições de trabalho mais vulneráveis e recebem salários inferiores quando apresentam o mesmo nível de escolaridade que o sexo oposto. Quanto aos negros, estes se encontravam em situação ainda pior, pois passavam longos períodos desempregados e, quando se inseriam no mercado, eram colocados para realizar tarefas mais árduas e de menor prestígio, não conseguiam trabalhos com registro e o fato de possuírem escolaridade não interferia tanto na colocação no mercado (LEITE, 2003).

A lamentável situação dos trabalhadores no mercado de trabalho diante das mudanças na estrutura econômica reflete que “quanto mais sistêmico o processo de reestruturação, maior a dificuldade dos demitidos em voltar a conseguir emprego formal seja no mesmo, seja em outros ramos industriais” (CARDOSO, 2000 *et al. apud* LEITE, 2003). De acordo com os autores, isso resulta no deslocamento dos trabalhadores para outras profissões, provocando uma precarização ainda maior das condições de trabalho. Destacam, ainda, que para as empresas que estão no topo do processo de reestruturação, ou seja, as que conseguiram implantar tecnologias mais inovadoras, o cenário é diferente para aqueles trabalhadores que estão num rígido processo de qualificação e aprimoramento das habilidades.

O processo de reestruturação na década de 1990 alterou o dinamismo da economia, deslocando o destaque do setor industrial, que possuía um maior poder no desenvolvimento da economia, para os setores do comércio e serviços, mudando as necessidades de contratação da mão-de-obra (POSTHUMA, 1999).

Segundo Posthuma (1999) como o emprego está mudando de direção, reduzindo na indústria e passando para os setores de serviços e comércio, a ocupação dos trabalhadores também alterou o sentido. Aqueles que antes tinham uma profissão específica estão se deslocando para empregos que não tem vínculo nenhum com a atividade que exerciam anteriormente, adaptando suas experiências para a realização de tarefas simples que não exigem muito conhecimento. O processo de reestruturação tem provocado também a migração dos trabalhadores para outras regiões que já introduziram as novas formas mais moderna de processamento.

No caso dos ajustes no mercado de trabalho, as taxas de desemprego aberto não correspondem às alterações no emprego, pois as taxas de desemprego brasileiro registraram uma das mais baixas. A explicação para isso tem sido o setor informal que tem ampliado o número de funcionários nos anos de 1990, com cerca de 60% da população ativa, contribuindo para diminuir o impacto da reestruturação (POSTHUMA, 1999).

De acordo com Posthuma (1999), seria necessário uma reforma na legislação que rege o direito dos trabalhadores como recurso para reinserir os desempregados e criar propostas para novos empregos, já que o mercado de trabalho no Brasil é muito flexível, composto pelo aumento do trabalho informal, por elevadas taxas de rotatividade do trabalho e por ações que alteram as regulamentações legais para contratação de mão-de-obra e para a efetuação dos pagamentos dos benefícios sociais.

O sistema público também assegurava o emprego e algumas garantias para os trabalhadores que se encontravam desempregados por causa do processo de reestruturação nas empresas nos anos de 1990. Nesse sentido, Posthuma (1999) tem argumentado que o “seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra e a formação profissional” são aspectos dos programas utilizados pelo governo para ajudar o pequeno e microempreendedor de modo que auxilie no momento da contratação dos funcionários. No entanto, a sua eficiência se deverá a forma como será aplicado pelos estados e municípios.

De acordo com Posthuma (1999), o Ministério do trabalho e Emprego (MTE) não tem muita influência quanto às questões de política econômica e industrial, não possuindo, portanto, nenhum poder sobre a geração de trabalho com registro. Os programas do governo têm sido apenas de incentivo aos pequenos e microempreendedores e, para os trabalhadores autônomos, com o lançamento do microcrédito, além de treinamento de pessoal e empregos de curto prazo nas obras públicas.

O processo de estabilização pelo qual passava o Brasil na década de 1990 e as estratégias adotadas para regulação da economia provocou alterações não só na atividade econômica, nos investimentos e na estrutura das indústrias, mas também afetou o nível de emprego. Isso foi possível constatar através da expansão que ocorreu nas importações que acabou com algumas cadeias de produção, reduzindo o forte poder da demanda nas indústrias e, conseqüentemente, expandindo os outros setores da economia e enfraquecendo a capacidade de geração de emprego (COUTINHO *et al.*, 1999).

A diminuição dos custos produtivos, em torno das cadeias de produção que estão sujeitas a concorrência em outros países, tem levado ao aumento da “taxa de substituição da mão-de-obra por processos produtivos mais eficientes – não necessariamente de padrão tecnológico mais desenvolvido” (COUTINHO *et al.*, 1999, p.75). Conforme os autores, a redução do emprego formal na década de 1990 no Brasil deriva do deslocamento da demanda por produtos da cadeia produtiva, para o consumo de insumos de outros países, dada a entrada de importados.

Conforme Coutinho *et al.* (1999), a redução dos empregos formais aumentou a taxa de desemprego aberto. Em consequência disso, o número de trabalhadores autônomos, de empregadores e assalariados sem registro aumentou na maior parte nas grandes cidades. Desta forma, alguns problemas relacionados à precarização das condições de trabalho, que já atingia metade dos trabalhadores, ficaram mais evidentes, destacando-se,

(a) perda da proteção social e dos diversos tipos de garantia previstos na lei trabalhista (assistência médica, transporte, refeição, férias remuneradas, décimo-terceiro salário, etc.); (b) perda de receitas para a seguridade social; (c) perda de arrecadação pública destinada a programas sociais ou de custeio e investimentos; (d) forte sensibilidade da massa informal de rendimentos às flutuações da atividade econômica e às condições gerais da economia; (e) limites ao crescimento da ocupação informal, determinados pelo desempenho do setor formal e pela tendência de aumento do grau de concentração dos mercados e centralização do controle nos diversos ramos da atividade econômica (COUTINHO *et al.*, 1999, p.77 e 78).

De acordo com a análise desses autores sobre o nível de emprego no Brasil, as taxas de aumento do emprego formal vinham diminuindo desde a metade de 1996 devido à queda do emprego na indústria, refletindo a falta de poder do setor de serviços e do setor industrial para a geração de novos postos de trabalho.

Os rendimentos dos funcionários também diminuíram principalmente na indústria. O nível de renda total só não decresceu ainda mais por que a rentabilidade do comércio, dos serviços e demais setores não industriais serviram como amortecedores, já que as rendas dos trabalhadores não registrados dependiam do nível de atividade, por não terem direitos que assegurassem a manutenção dos empregados em períodos de contração econômica. Os setores da economia que sofreram com a elevada redução das vendas prejudicaram os funcionários dessas empresas que estavam prestes a demitir uma grande parte de seus funcionários. Isso acabou obrigando os empresários a reverem suas decisões, a fim de permitir a “garantia de emprego com redução dos custos – destacando-se os programas de demissão voluntária e de reduções da jornada de trabalho e dos salários” (COUTINHO *et al.*, 1999, p. 81).

De acordo com Coutinho *et al.* (1999), os empregos informais que tiveram um papel importante entre os anos de 1995 e 1997, absorvendo boa parte dos desempregados, não teriam mais a função de suavizar a precária situação social. Ao buscar ajudar os funcionários que perderam seus empregos no setor formal, acabariam ainda aumentando o desemprego aberto por reduzir a geração de vagas no trabalho informal.

Já Bonelli (1999) também esclarece os fatos que agravaram a precarização do emprego. Para ele, a abertura comercial não só germinou os fatores positivos, mas prejudicou a geração de empregos no país, pois o aumento da produtividade provocou uma redução dos postos de trabalho, sendo ainda mais prejudicial para este cenário o processo de reestruturação

que ocorreu com maior intensidade nos anos entre 1990 e 1992. Nesse intervalo se registrou o maior nível de desemprego, período em que o Brasil enfrentava um momento de recessão econômica, estendendo a redução do emprego para os períodos de recuperação em que já se constatava crescimento produtivo, atingindo em torno de um milhão de funcionários de 1990 a 1997.

Bonelli (1999) aponta para o avanço regional do trabalho e principalmente do trabalho no setor industrial, observando a distribuição espacial da indústria e a consequente mudança com a desagregação do emprego industrial. Em sua análise, a redução do emprego foi igual em quase todas as regiões, com exceção no Sul, nos anos de 1990 a 1996. Por outro lado, no Nordeste se verificou um comportamento diferente no emprego, após 1994, tempo de estabilização com melhor desempenho comparado a São Paulo.

Para Bonelli (1999), o que tem impactado na redução do emprego nos períodos mais recentes é a rigidez e os encargos com empregados, esclarecendo que a maior concorrência entre os empresários, devido à inovação tecnológica e a nova forma de gestão, tem levado as empresas a reduzirem os custos unitários por trabalhador, além de procurar uma maior flexibilidade para as frequentes mudanças.

Em relação à desregulamentação do trabalho, que é assunto de frequente discussão, Pochmann (2011), afirma que a crise do capitalismo global de 2008, serviu de advertência ao atraso existente no mercado de trabalho causado pela expansão da centralização econômica por parte dos maiores grupos transnacionais. Dessa forma, a ação das nações que se mobilizaram para defender a produção e o trabalho, perante um cenário internacional de retração econômica, possibilita a correção das relações de trabalho.

2.3 O cenário do mercado de trabalho no Nordeste e na Paraíba

As inovações no setor produtivo têm necessitado recrutar trabalhadores qualificados e experientes para que sejam capazes de se adaptar aos avanços tecnológicos. Esse processo tem dificultado principalmente a inserção dos jovens no mercado de trabalho por serem, em maior parte, despreparados e estarem inseridos entre os grupos de menor escolaridade, sendo mais vulneráveis no mercado de trabalho.

Nesse contexto, os jovens estão mais expostos à precarização do trabalho, onde sua mão-de-obra não é valorizada, ocupando lugares no mercado de trabalho que dificultam a possibilidade de ascensão de cargos e salários. De acordo com Pochmann (2009), são

mínimas as perspectivas dos jovens, quanto a uma possível melhora na posição ocupada por estes no mercado de trabalho, receosos de um futuro desemprego estrutural, já que se espera uma modernização dos padrões produtivos com a introdução de novas tecnologias, retraindo ainda mais a necessidade de admissão destes indivíduos. O autor ainda destaca a preocupação dos jovens quanto ao futuro, sendo temível o fracasso por não conseguir um emprego melhor, diferente do ocupado anteriormente, ou por não ser possível conquistar um cargo que seja mais elevado do que o ocupado pelos seus pais, já que o lento processo de mobilidade tem dificultado até a situação dos jovens que possuem um maior nível de instrução.

A difícil posição dos trabalhadores no mercado de trabalho tem apresentado uma pior situação no Nordeste, necessitando, nesse caso, de mais atenção, já que a maior proporção dos jovens trabalhadores foi expulsa para outras regiões ao longo do século 20. A repressão dos trabalhadores quanto à inserção e crescimento no mercado de trabalho tem encaminhado estes sujeitos para uma situação de declínio educacional e rebaixamento social (POCHMANN, 2009).

Costanzi e Ribeiro (2009) descrevem a importância do desenvolvimento da região Nordeste como base da construção de um país com menos desigualdade entre regiões. Para isso, deve ocorrer o crescimento nessa economia para que a região se desenvolva, apesar da região já contar precisamente com a formação de empregos qualificados e com postos de trabalho formais garantidos pela proteção social. O Nordeste precisa ser visto com bons olhos. É indispensável a conscientização da realização de maiores investimentos nos estados do Nordeste para que seja completo o desenvolvimento no país.

O cenário da Região Nordeste e do Estado da Paraíba nos anos de 1990 também passou por várias transformações que alteraram a estrutura do mercado de trabalho, como o registro de um grande nível de desemprego, elevação do grau de informalidade, precarização e flexibilização das relações de trabalho e, consequentemente, diminuição do emprego formal.

As classes de trabalhadores que mais sofreram com a reestruturação da produção foram os funcionários da indústria moderna, tendo estes se tornado desqualificados perante as novas tecnologias empregadas. Do mesmo modo, o conjunto dos trabalhadores mais vulneráveis no mercado de trabalho são as mulheres e os jovens, principalmente, os que possuem baixas ou nenhuma instrução (CARDOSO, 2000 *apud* BORGES, 2010). Na Paraíba esta realidade é ainda mais delicada por se tratar de um estado pouco industrializado. Apesar dos dados absolutos do emprego não demonstrarem fortes variações, exatamente por representar pequena proporção na economia regional e nacional, a maior competitividade na

indústria local também se traduziu em menores oportunidades de emprego e renda, conforme será destacado no capítulo 4.

Houve um crescimento da população urbana na região Nordeste e na Paraíba após o processo de reestruturação econômica, que acelerou o êxodo rural, pois grande parte da população se deslocou da zona rural para a urbana com a expectativa de conseguir emprego na cidade. De acordo com Fontgalland (2006) a Paraíba apresentou uma taxa de crescimento negativa da população rural de 1,59% a.a. segundo os dados do último censo demográfico. A redução da população rural e a dominância da população urbana na Paraíba estão relacionadas aos setores mais dinâmicos da economia que são a indústria e o setor de serviços que apresentam a maior parcela de empregados. Por concentrarem a maior participação no PIB, estes setores foram responsáveis por cerca de 88%, em média, da formação do PIB paraibano nos anos de 1990. Por outro lado, como destaca Fontgalland (2006) o setor da agropecuária obteve um desempenho muito pequeno na economia paraibana nos anos de 1990, e continuou reduzindo sua participação no PIB ao longo dos anos, apresentando pouco dinamismo, como será ilustrado no capítulo 4.

De acordo com Fontgalland (2006) mesmo com mudanças positivas no cenário econômico da Paraíba, o crescimento da economia foi insuficiente para reduzir os indicadores de pobreza do estado. Da mesma forma a precarização continuou sendo característica do mercado de trabalho na Paraíba, com um grande número de trabalhadores ainda na informalidade, recebendo baixos salários e com níveis de escolaridade muito baixos.

Em relação à instrução, ainda é muito baixo o nível de escolaridade da população em idade de trabalhar na Paraíba, apesar do aumento do grau de estudo, principalmente entre as mulheres, sendo ainda muito alto o número de trabalhadores com pouca instrução (FONTGALLAND, 2006). Houve um aumento em todos os trabalhos no nível de escolaridade na região Nordeste e no estado da Paraíba entre as pessoas com idade ativa, representando condições diversas de inserção no mercado de trabalho para os jovens, adultos, idosos, homens e mulheres. De acordo com Alves (2006) na Paraíba ocorreu uma diminuição no número de trabalhadores que estavam empregados com baixo ou sem nenhum grau de instrução e uma elevação no número de trabalhadores empregados com maiores níveis de instrução formal. Segundo o autor, isso pode ser resultado de uma série de acontecimentos que ocorreram no país, destacando-se o aumento, em nível geral, do grau de instrução formal devido aos programas do governo que investiram na educação pública, expandindo o ensino educacional como forma de contribuir para o crescimento dos trabalhadores e proporcionar melhores condições a inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, também devido ao

aumento dos investimentos privados na educação, com o intuito de atender as exigências do novo paradigma organizacional da economia, que queria se aproveitar dos maiores conhecimentos dos funcionários.

A diminuição das crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal é explicada por alguns acontecimentos como a diminuição das taxas de fecundidade, pelas políticas de incentivo do governo ao ensino fundamental com o intuito de aumentar a escolarização dos trabalhadores e do desincentivo da contratação por meio de normas que inviabilizam o trabalho de crianças e adolescentes. No caso dos jovens, dos trabalhadores maduros e idosos a redução pode ser explicada pelo aumento da concorrência entre os indivíduos ativos que almejam inserir-se no mercado de trabalho, em que são requeridos os que possuem maior qualificação e experiência (ALVES, 2006).

Quanto ao quadro dos trabalhadores ocupados, houve uma melhora nas posições dos funcionários, significando também avanços nos rendimentos dos trabalhadores (ALVES, 2006). Apesar da melhoria nas ocupações e do aumento ao longo dos anos do emprego formal, a informalidade permaneceu muito alta nas duas últimas décadas. Em relação ao nível de desemprego, a região Nordeste e a Paraíba diminuíram suas taxas a partir dos anos de 1990, principalmente, pós Plano Real, representando o melhor desempenho da economia e aumento dos postos de trabalho. De acordo com o autor, esse aumento do emprego formal foi acompanhado pelo crescimento dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, sendo registrado aumento em todos os setores econômicos, com exclusão dos serviços de utilidade pública e industrial.

Considerando a distribuição do emprego e do rendimento por sexo na região Nordeste e no estado paraibano houve aumento na participação das mulheres a partir da década de 1990, apesar da predominância do sexo masculino nos postos de trabalho. Conforme afirma Alves (2006), na Paraíba as diferenças salariais entre os sexos diminuiu, mesmo assim ainda era alto, mostrando que no ano de 1992 a média dos salários das mulheres era 72,8% da média dos homens. Já no ano de 2003, a média dos rendimentos das mulheres era de 77,9% da dos homens.

Em relação às atividades nos setores de ocupação, o setor industrial na Paraíba acompanhou as modificações que ocorreram no país no início dos anos de 1990 com a abertura dos mercados e a implantação de novas formas de produção, conseguindo se recuperar logo após a instituição do Plano Real (GUIMARÃES NETO, 1999 *apud* FONTGALLAND, 2006). No entanto, a indústria de transformação do estado da Paraíba após o ano de 1994 mostrou um maior dinamismo na atividade superando o resultado nacional, em

que aumentou o número de empresas industriais e, conseqüentemente, o de funcionários. Esse resultado positivo pode ser explicado pelo deslocamento da empresa para lugares com maior proporção de mão-de-obra e também pelo incentivo do governo que aplicou políticas de redução das tarifas, que acaba reduzindo os custos de produção dos empresários. A área de construção civil, ao contrário das demais áreas do setor industrial, também apresentou resultados positivos depois do ano de 1994. Apesar desse aumento, em alguns pontos da indústria o setor industrial representa um peso muito pequeno quanto a ocupação dos empregados urbanos (FONTGALLAND, 2006).

O setor terciário na Paraíba representava 62,8% do PIB nos anos 1990, mostrando a contribuição das atividades de comércio e de serviços e o grande peso que eles têm na economia do estado.

O setor agropecuário apresentou redução do seu dinamismo ao longo dos anos, porém, em relação ao nível de emprego, a agricultura fica na segunda posição entre os setores mais importantes no estado da Paraíba, apesar da sua redução no número de ocupados, que era de 43,8% da população empregada no ano de 1992 caindo para 30,9% em 2003, ou seja, reduziu em 12,6% de sua participação no mercado de trabalho paraibano nesse período (Alves, 2006). Na região nordeste, a agropecuária também perdeu a significativa importância nas ocupações, conforme ressalta o autor:

(...) a tradicional concentração fundiária, as secas periódicas, e o recente acirramento da competição entre os centros produtores, proporcionado pela integração interregional e pela abertura da economia na década de 90, reforçam a também tradicional incapacidade da agropecuária nordestina de absorver parte da força de trabalho local, contribuindo para intensificar o processo de urbanização (...) (ALVES, 2006, p. 163).

O estado da Paraíba sofreu bastante com as transformações advindas da reestruturação produtiva na economia do país desde os anos de 1990 até o período atual, ainda mais por ser um estado que tem pouca representatividade tanto na região nordeste como em âmbito nacional. No entanto, a situação do emprego no estado só piorou nos últimos anos, devido à fraca capacidade produtiva da economia do estado. É preciso que maiores investimentos sejam realizados na economia paraibana para que se fortaleça e torne-se mais competitiva no mercado nacional, só assim poderão ser criadas novas ocupações no estado. Para compreendermos como está caracterizado a produção e o mercado de trabalho na Paraíba, essas informações serão abordadas com mais propriedade no capítulo 4.

3. POLÍTICA DE EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

3.1 Política pública de emprego e inserção social

O mercado de trabalho no Brasil foi marcado, historicamente, pela diversidade na composição da demanda de mão-de-obra entre as diferentes regiões do país e, do mesmo modo, pelas diferentes categorias de trabalhadores à procura de postos de trabalho. Tais desigualdades caracterizaram a formação do mercado de trabalho no Brasil antes da década de 1990, sofrendo mudanças significativas nos anos seguintes e, especialmente, na fase mais recente passando por novas configurações em função da crise mundial.

O processo de inovações tecnológicas intensificado a partir de 1990 só veio ressaltar determinados problemas típicos do mercado de trabalho no Brasil, tendo em vista que a flexibilização das relações de trabalho, juntamente com o alargamento da informalidade e da precarização do trabalho, foi aprofundado em períodos de desaquecimento da atividade produtiva como resultado da política de estabilização econômica. Além disso, observou-se também a maior disparidade nas condições sociais oferecidas aos trabalhadores, com falhas na garantia da proteção social, dentre tantos outros fatores que prejudicaram as condições dos empregados no mercado de trabalho (AZEREDO, 1998). Por outro lado, a preocupação em torno desses problemas gerados pela reestruturação produtiva foi superada pelos problemas do avanço tecnológico, considerando que o governo direcionou maiores quantidades de recursos para as empresas, subsidiando os altos custos de adequação ao novo padrão tecnológico, a fim de evitar que a o acirramento entre elas contribuísse para que muitas delas fechassem suas portas, já que passaram a competir com as empresas internacionais.

As condições de degradação do mercado de trabalho ficaram mais evidentes a partir da década de 1990, em função da política macroeconômica que promoveu a implantação no país de políticas voltadas à abertura comercial, com tendência de valorização do câmbio, acompanhada por altas taxas de juros, caracterizando uma etapa do processo de reestruturação produtiva e de reformas no âmbito da gestão das políticas fiscal e monetária. Essa renovação no processo produtivo alterou o perfil do emprego que era ofertado, fazendo com que trabalhadores fossem excluídos para darem lugar aos novos que passaram a surgir com maior qualificação, reduzindo o rendimento real do salário e deteriorando as condições de barganha de grande parte dos trabalhadores. Esse processo foi responsável por uma grave redução do emprego formal que ocorreu principalmente na indústria, devido à renovação e implantação

de novas técnicas produtivas, que exigia mão-de-obra mais qualificada. Ocorreu, ainda, o aumento do emprego informal nos setores de comércio e serviços (PRONI *et al.*, 2003.).

Segundo os autores Proni *et al.* (2003), foram implantadas algumas políticas, enquanto foram adaptadas para promover o incentivo à contratação de mão-de-obra nos anos de 1990, mas como a situação do mercado de trabalho era de destruição dos postos de trabalho, as ações do Estado não conseguiram conter o desemprego e, conseqüentemente, a informalidade do trabalho.

A criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em 1990, possibilitou o financiamento das políticas de auxílio ao mercado de trabalho assegurando, portanto, a assistência ao trabalhador, ao garantir o recebimento do seguro desemprego. Para isso, as fontes de recursos estavam protegidas pelos próprios fundos arrecadados com o PIS/PASEP² (AZEREDO, 1998 *apud* PRONI *et al.*, 2003).

O serviço de intermediação de mão-de-obra surgiu em 1976 logo depois da criação do Sine, como intermediador na alocação dos trabalhadores que se encontravam desempregados no setor formal. O intuito era o de reinseri-los no mercado de trabalho, servindo também como órgão orientador dos jovens para conquistarem o primeiro emprego. Assim como esses, o serviço de intermediação de mão-de-obra tinha outros objetivos como:

Propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego; prestar informações ao conjunto de empregadores sobre a disponibilidade de recursos humanos; fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão-de-obra para elaboração de suas programações; estabelecer condições para a adequação entre a demanda de postos de trabalho e a oferta de força de trabalho em todos os níveis de capacitação (PRONI, 2003, p.255).

Segundo os autores Proni *et al.* (2003), o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado em 1975, constatou um expressivo aumento nos atendimentos a trabalhadores, fato destacado em um de seus balanços na década de 1990, principalmente na segunda metade desta década. Esse aumento foi explicado pelo crescimento do desemprego em todo o país nesse período. Representou um movimento de acomodação da oferta de trabalho às inovações dos processos produtivos, levando os trabalhadores a buscarem emprego nos postos de atendimento do Sine, instituição que estava se tornando cada vez mais conhecida e procurada por apresentar e intermediar as oportunidades de trabalho. Apesar da atuação do Sine servir como uma ponte entre os trabalhadores e os empregadores para facilitar o acesso aos postos de trabalho, a

² O Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP) são programas que foram criados pelo governo no ano de 1970 com o intuito de manter uma relação dos trabalhadores com as empresas durante sua existência e o seu desenvolvimento, facilitando a melhor distribuição dos rendimentos através dos benefícios do Abono Salarial e do Seguro-Desemprego. O PIS é destinado para os funcionários do setor privado e o PASEP aos servidores públicos.

eficácia do serviço prestado tem sido muito pequena, dado que a baixa criação de emprego pelas empresas é insuficiente para atender a excessiva procura dos trabalhadores que se esforçam para conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Dessa forma, a prestação de serviços do Sine apresentou um resultado pouco significativo para inserir os trabalhadores no mercado de trabalho na década de 1990, dificuldade que persiste até os dias de hoje, já que sua gestão continua focando na intermediação da mão-de-obra, apesar de ter avançado para o campo da qualificação.

Como o modelo produtivo sofreu alterações no seu padrão de desenvolvimento e as empresas passaram a exigir profissionais mais qualificados, as políticas voltadas para o mercado de trabalho voltaram-se a dedicar mais atenção sobre a questão da qualificação da força de trabalho. Assim, foi implantado o Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), em 1995, com a intenção de preparar os trabalhadores para o moderno mercado de trabalho, já que os serviços que antes eram oferecidos pelas ações do governo para o mercado de trabalho não atendiam totalmente às necessidades da demanda por trabalho. O programa abrangeria todos os grupos de trabalhadores, não restringindo o atendimento apenas aos cadastrados no seguro-desemprego. O treinamento dos funcionários se estendia para além da qualificação do trabalhador em uma profissão, mas estava também direcionado para preparar o indivíduo para enfrentar a competitividade e ter conhecimento suficiente para fixar-se no mercado de trabalho (PRONI *et al.*, 2003).

Dentro do mesmo contexto, Proni *et al.* (2003) destacam que o Planfor tinha como meta capacitar e qualificar 20% da População Economicamente Ativa (PEA) até o ano de 1999, com o intuito de expandir o ensinamento profissional para todos os trabalhadores do país, principalmente, os discriminados no mercado de trabalho, “com maior atenção para adolescentes, jovens, mulheres e idosos” (PRONI *et al.*, 2003, p. 258).

Para Proni *et al.* (2003), o aumento do grau de instrução dos trabalhadores tem sido influenciado mais pela grande oferta de trabalhadores com maior nível de escolaridade e que desejam trabalhar mesmo ocupando cargos de baixa qualificação e um menor nível salarial, do que propriamente pelas exigências das empresas. Os trabalhadores competem de modo a buscar se encaixar numa vaga. De um modo geral, a melhoria nas condições de acesso à educação tem proporcionado uma maior qualificação dos trabalhadores no país, ou seja, um reflexo da diminuição tendenciosa das taxas de analfabetismo.

Os postos de trabalho que se formaram nos anos de 1990 se distinguem, na maior parte dos casos, dos cursos profissionalizantes oferecidos pelas ações de políticas públicas direcionadas aos trabalhadores que, por sua vez, buscavam se especializar. A crítica feita pelo

autor é que apenas alguns setores da economia traziam de fato a necessidade de reciclar seus funcionários. A criação de postos de trabalho teve maior ênfase nos empregos que não exigem um maior grau de escolaridade, como as funções de cozinheiro, recepcionista, faxineiro, empregada doméstica e funcionários da construção civil (POCHMANN, 2001 *apud* PRONI *et al.*, 2003).

Outra política desenvolvida para ajudar os trabalhadores a inserir-se no mercado de trabalho foi o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), criado em 1994. A atenção desse programa estava voltada para criar emprego e renda em torno dos pequenos e micro empreendimentos individuais, beneficiando grupos associados e cooperativas produtivas do setor formal, através da geração de novos empreendimentos ou do incentivo a ampliação dos que já estavam implantados. Além disso, impulsionava também as iniciativas informais, como os empreendimentos de autônomos e de familiares, com a finalidade de torná-los formais (PRONI *et al.*, 2003).

Como a intenção do programa era o de gerar emprego e renda, alguns requisitos seriam necessários para a permissão do empréstimo, como “a busca imediata de emprego e renda pelo empreendimento, a busca de descentralização setorial e regional, bem como a adequação com a política industrial e demais políticas públicas” (PRONI *et al.*, 2003, p.261). Para os autores, como não houve um acompanhamento junto aos empreendedores não foi possível saber com exatidão se o resultado quanto à criação do emprego e renda foi positivo.

Para dar maior sustentação à qualidade oferecida ao trabalhador, em 1996 foi instituído o Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego), que tinha a mesma finalidade do Proger de criação de emprego e renda, mas contemplando a abertura de maiores empréstimos (PRONI *et al.*, 2003).

As transformações tecnológicas que ocorreram no interior das empresas na década de 1990 reforçou a necessidade da qualificação da mão-de-obra. A inserção ou não no mercado de trabalho está sujeito ao anseio de cada indivíduo em querer ter uma formação, considerando que as situações econômicas estão a favor da vontade pessoal (HIRATA, 1996 *apud* CASTIONE, 1998).

A introdução dos novos padrões tecnológicos requeria dos trabalhadores frequentemente o aprimoramento e a qualificação para que se adaptassem aos novos padrões estabelecidos sendo, no entanto, cobrados dos trabalhadores elevados níveis de instrução e destreza no exercício das atividades (MATTOSO, 1995 *apud* Targino *et al.*, 2006).

As organizações passaram a pedir dos trabalhadores habilidades específicas para realizar qualquer tarefa que lhes fosse imposta, nas diferentes áreas de trabalho, destacando a

importância do trabalhador prático e que soubesse trabalhar em grupo. Com as inconstantes relações de trabalho, começaram a demandar do trabalhador maiores níveis de instrução e qualificação para assegurar uma posição no mercado de trabalho, já que ele está frequentemente em mudanças (ZARIFIAN, 1995 *apud* OLIVEIRA, 2006).

Castione (1998) enfatiza a importância que a educação tem para aumentar a capacidade de inovação e para a permanência nos postos de trabalho, pois quanto maior o grau de informação do trabalhador maior será o valor agregado ao produto e mais eficiente será a organização. Desta forma, a qualificação profissional passou a ser requisito para a inserção no mercado de trabalho tornando-se alvo das políticas públicas do Estado, que investiram nos sistemas públicos educacionais como forma de capacitar os profissionais por meio da formação na escola e a formação continuada, empregada pelas empresas (DEDECCA, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2006).

Para resolver o problema do emprego e atender a demanda por qualificação profissional exigido pelas empresas modernas que introduziram novos métodos tecnológicos tornando a produção mais flexível, o governo criou serviços de assistência, responsáveis pela profissionalização dos trabalhadores, principalmente para as classes mais vulneráveis no mercado de trabalho, já que essas mudanças trouxeram grandes níveis de desemprego para o país, em resposta a falta de mão-de-obra qualificada.

No decorrer da década de 1990 com o intuito de promover empregos, as políticas públicas voltadas para as necessidades dos trabalhadores “tiveram um caráter fundamentalmente reativo”, apesar da situação de crise em que estava estruturado o emprego nessa época devido à direção que a política tinha tomado. Em conformidade com as políticas de emprego, foram desenvolvidas normas de regularização das relações de trabalho prejudicadas pela flexibilização e pelo próprio sistema de desqualificação da força de trabalho (OLIVEIRA, 2006).

No entanto, houve uma mudança na educação técnica que alterou a configuração da educação profissionalizante, dividindo-a em formação tecnológica-profissionalizante e formação geral dos trabalhadores. Isso proporcionou uma visão para um novo tipo de especialização por meio do PLANFOR privilegiando uma formação básica, que tinha a intenção de atingir aqueles que não possuíam nenhum grau de estudo e os que se encontravam em situação de desemprego (OLIVEIRA, 2006).

O programa de qualificação do PLANFOR estava baseado na questão da competência, diretamente ligada às novas exigências geradas pela origem da organização flexível que necessitava de trabalhadores eficientes que possuissem conhecimentos necessários para prever

problemas que pudessem ser evitados e, ao mesmo tempo, trabalhadores capacitados que tivessem noção das causas que geravam os problemas nos processos de trabalho e estarem aptos a resolvê-los (ARAÚJO, 2000 *apud* OLIVEIRA, 2006).

A importância do conceito de competência vem superando o conceito de qualificação como reflexo das transformações nas relações e nos processos de trabalho. Desta forma, entende-se que,

Competência designa saber, mais do que saber fazer e implica dizer que o trabalhador competente é aquele que sabe usar todos os seus conhecimentos – obtidos através de vários meios e recursos – nas mais diversas situações encontradas em seu posto de trabalho (DESAULNIERS, 1993 *apud* FERRETTI, 1997, p. 258).

O emprego gerado nas empresas no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique, estava associado à noção de competência e de empregabilidade dos trabalhadores que foram adquiridas nos cursos de qualificação profissional. A empregabilidade torna o trabalhador hábil para qualquer tipo de produção no qual estão dotados de competência, conhecimento, comportamento, habilidade que permitem um bom relacionamento profissional, características que ajudam na hora da contratação. Estar empregado na nova era da produção significa ter todas essas aptidões, para torna-se atraente pelas empresas, já que o mercado de trabalho está em constante transformação (OLIVEIRA, 2006).

A responsabilidade de estar empregado deixou de ser considerado um problema social já que o Estado havia realizado a sua função, promovendo cursos de qualificação profissional, financiados pela implantação de política pública educacional. Nesse caso, a obtenção de um emprego tornou-se um problema pessoal, no qual o trabalhador que passou pelo processo de requalificação profissional seria o responsável pela sua colocação no mercado de trabalho e adaptação a flexibilidade do emprego (CASTEL, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2006).

Este conceito trouxe grandes repercussões, pois o nível de desemprego continuou se alastrando, em destaque para os indivíduos mais vulneráveis no mercado de trabalho, considerando que nem toda a parcela da população desempregada realizou curso de requalificação, tendo em vista a atual situação de precarização ainda observada no mercado de trabalho. Esta configuração foi resultado das decisões de política econômica tomadas na época da reestruturação produtiva que buscou se adaptar às mudanças na estrutura da produção que promoveu o processo de desqualificação da mão-de-obra, gerando um problema social para a grande massa de desempregados que se formou no país, principalmente, entre os menos escolarizados.

De acordo com Oliveira (2006), essa discussão foi retomada alguns anos depois e o PLANFOR cedeu lugar, em 2003, para a criação do PNQ (Plano Nacional de Qualificação). Este projeto teve a intenção de modificar a base política, pedagógica, institucional, operacional, conceitual e ética da política de qualificação profissional, enfatizando a responsabilidade social quanto à formação profissional dos trabalhadores. Sua proposta era discutir a questão da empregabilidade não como aspecto meramente quantitativo, mas como política pública e direito de cidadania, valores esses absorvidos pelos cursos de qualificação, os quais foram considerados e estabelecidos como direitos sociais.

3.2 O perfil do trabalhador a partir dos anos de 1990: empreendedorismo e competência

O reordenamento do novo modelo produtivo na década de 1990, a partir da implantação de inovações técnicas pelas empresas em resposta aos padrões de produtividade e competitividade trazidos com o processo de globalização, provocou o aumento do nível de desemprego no Brasil, principalmente a partir do ano de 1994. A nova dinâmica de maior competitividade das empresas, provocada pela abertura comercial, adotou uma nova tendência de produção mais flexível e terminou destruindo o emprego que era baseado em carreiras. Desta forma, esse novo paradigma baseado na produção flexível, gerou a necessidade de novas categorias profissionais, buscando trabalhadores individualistas que procurassem empreender em suas carreiras profissionais e se adequassem às novas exigências das corporações capitalistas.

A mão-de-obra utilizada anteriormente na geração dos produtos foi substituída por outras mais específicas em função da inovação, pois se tornaram inadequadas para operar as novas etapas produtivas e não correspondiam ao novo perfil de trabalhadores que passou a ser demandado pela nova forma de organização do trabalho. Dessa forma, por serem desqualificadas e não possuírem o necessário conhecimento, grande parte dos trabalhadores foram dispensados de seus trabalhos, além de serem coibidos de muitos dos seus direitos trabalhistas (CACCIAMALI *et al.*, 1998).

A busca por trabalho aplicava-se à capacidade que cada indivíduo tinha, como forma de contribuir com sua criatividade e empenho para o sustento e permanência da empresa no mercado, já que a situação era de crescente concorrência entre as empresas, sendo vantajoso para elas destacar as formas individuais e motivacionais do trabalhador (ZARIFIAN, 1995 *apud* OLIVEIRA, 2006).

A flexibilização da produção, juntamente com as novas técnicas organizacionais, fez nascer novas classes de trabalhadores com um novo perfil que atendesse as exigências do mercado competitivo, ou seja, trabalhadores que tivessem “o comportamento flexível e proativo, ligado à criação e a inovação organizacional e um destacado espírito empreendedor, necessário à implementação dos processos de terceirização” (LUNA, 2012, p. 112).

A demanda por trabalhadores tornou-se mais exigente com a nova estrutura econômica das empresas, pois o novo trabalhador tinha de possuir capacidades variadas para saber manusear cada moderna tecnologia empregada. De acordo com Castione (1998) os trabalhadores que eram valorados e que contribuíram para a organização da produção na Segunda Revolução Industrial não fazem mais parte do perfil do novo trabalhador que passou a ser demandado pela nova estrutura organizacional na pós Terceira Revolução Industrial, no qual os novos profissionais são indivíduos que sabem trabalhar em grupo e têm o conhecimento de como se deve realizar cada tarefa, ou seja, trabalhadores pensantes que entendem a razão de cada procedimento produtivo e não apenas trabalhadores que façam as tarefas sem saber o motivo de que cada procedimento tem que ser realizado. “No novo padrão de organização, a informação, o conhecimento e a criatividade são recursos estratégicos e neste sentido estariam constituindo-se num tipo de organização” (CASTIONE, 1998, p. 7).

O novo modelo organizacional deu origem a outro conceito de qualificação baseado na competência dos trabalhadores, decorrente da insistência dos empresários por funcionários que possuíssem algum grau de instrução (HIRATA, 1994 *apud* CASTIONE, 1998). Desta forma, a competência está inteiramente ligada às ações de cada trabalhador decorrente da formação educacional ou técnica que habilita o profissional para a tomada de decisões e permite chegar aos melhores resultados (DELUIZ, 1996 *apud* CASTIONE, 1998).

As competências adquiridas através da formação profissional e dos estudos criaram características que formam o novo trabalhador competente e proativo e o diferencia do trabalhador antigo por desempenhar novas habilidades como:

- i) capacidade de leitura e compreensão de textos, para a leitura de manuais, formulários, painéis eletrônicos etc.; ii) capacidade de redigir comunicados, documentos, relatórios; iii) capacidade de falar e de se comunicar com seus superiores hierárquicos, com colegas e com subordinados; iv) capacidade para trabalhar em computação, interpretar números, fazer medições de tempo, distâncias, volume etc.; v) habilidade para entender, organizar e analisar problemas quantitativos; vi) capacidade de identificar e definir problemas, formular alternativas, equacionar soluções e avaliar resultados; vii) criatividade, iniciativa, inventiva, uso da intuição e do raciocínio lógico, transformando ideias em aplicações práticas; viii) auto-estima, motivação e capacidade de assumir responsabilidades; iv) capacidade de negociar e contra-argumentar, espírito de colaboração e aglutinação (FOGAÇA *et. al.*, 1993 *apud* CASTIONE, 1998, p.14).

Para que os conhecimentos dos trabalhadores sejam aprimorados seria necessário a conscientização dos empresários quanto à necessidade de investimentos no treinamento dos funcionários, como tomar conhecimento da qualidade que seus funcionários possuem e realizar trabalhos em grupo que estimulem a criatividade dos trabalhadores (CASTIONE, 1998).

Os empresários não cobravam de seus empregados apenas o “saber fazer”, mas também o “saber ser” e “saber agir”, características predominante dos trabalhadores diante da necessidade de novas habilidades. As tarefas deveriam ser realizadas de forma criativa e eficaz em situações corriqueiras ou que demandavam uma resposta rápida para os problemas (ZARIFIAN, 1995 *apud* OLIVEIRA, 2006).

Desta forma, a empregabilidade dos trabalhadores a partir da década de 1990 está ligada a qualificação e ao grau de instrução que eles adquiriram ao longo dos anos. Por isso, cresce a necessidade dos investimentos em treinamentos que aumentem a capacidade e a competência dos trabalhadores. Além disso, os incentivos para uma educação técnica que amplie as chances de entrada e permanência desses trabalhadores no mercado de trabalho é visto e apoiado pelo setor empresarial como uma forma das empresas usarem as instruções profissionais para transferir os conhecimentos de cada trabalhador em prol do crescimento e melhoria da empresa.

A implantação de uma nova estrutura produtiva também gerou uma nova parcela de microempreendedores, sendo que alguns terminam se arriscando na informalidade (ALVES, 2007 *apud* LUNA, 2012, p.113). Por outro lado, o comportamento do trabalhador empreendedor é estimulado dentro das empresas e em torno do próprio trabalho assalariado, como assinala Dornelas:

Ademais, a necessidade de novas competências profissionais para sobreviver no mercado de trabalho e desenvolver carreira em organizações – como, por exemplo, trabalhar em equipes que se autogerenciam, ser flexível, criativo, proativo e generalista – passou a significar que muitos empregados e profissionais precisam possuir conhecimentos de administração e atitude empreendedora, mesmo dentro de empresas já consolidadas, o que se denomina empreendedorismo corporativo ou intraempreendedorismo (DORNELAS, 2004 *et al. apud* LUNA, 2012, p.113).

O novo padrão organizacional necessita de um trabalhador empreendedor que deve estar preparado para o mercado de trabalho e que pertença à classe dos escolarizados, que possuam conhecimento e competência para atuar em qualquer área produtiva. O novo modelo de trabalhadores também deve estar dotado de habilidades e ter determinação, além saber raciocinar para resolver problemas e tomar decisões importantes, procurando soluções até mesmo em situações de desemprego.

O ensinamento do empreendedorismo foi introduzido na educação como base da política educacional. A UNESCO quis colocá-lo como orientador na educação como forma de criar alternativas ao combate do desemprego, já que o ensinamento do empreendedorismo auxilia na tomada de decisões dando continuidade a geração de riquezas pela “apropriação privada” (COAN, 2013).

Desse ponto de vista, é muito importante o ensinamento do empreendedorismo como parte curricular nos estudos,

(...) pois o empreendedor sabe buscar as oportunidades, tem iniciativa, é persistente e comprometido com seu projeto. Também é exigente consigo mesmo e sabe que enfrentará riscos, estabelece e procura cumprir metas, busca informações e sabe utilizá-las, sabe usar a arte da comunicação e persuasão e é independente e autoconfiante (FRIEDLAENDER, 2004; SANTOS, 2002 *apud* COAN, 2013, p. 8 e 9).

Segundo Coan (2013), Dolabela é um dos mais importantes autores que acentuam a necessidade da educação do empreendedorismo como auxílio para as crianças, jovens e adultos conseguirem uma vaga nos postos de trabalho e também uma formação para os trabalhadores que estão empregados e para os que ainda procuram emprego. O processo de reestruturação criou a necessidade, por parte das escolas, para o ensinamento do empreendedorismo como forma de “fortalecer os valores empreendedores da sociedade, a capacidade individual e coletiva de gerar valores para toda a comunidade, de inovar, de ser autônomo e de buscar a sustentabilidade” (DOLABELA, 2003 *apud* COAN, 2013, p. 9).

Considerando as exigências de qualificação para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho em todos os setores produtivos, o estado da Paraíba tem um grande desafio a enfrentar no que se refere às condições de escolaridade da mão-de-obra existente e ao déficit de qualificação profissional, questões que serão abordadas no capítulo seguinte.

4 CONFIGURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DEMOGRÁFICAS, DA ATIVIDADE ECONÔMICA, DO MERCADO DE TRABALHO E DA RENDA NA PARAÍBA DE 1990 À 2013

A partir do cenário exposto do mercado de trabalho desde os anos de 1990, veremos neste capítulo, que as mudanças no processo de produção, causaram impactos negativos na estrutura da produção econômica do estado da Paraíba, evidenciando a participação dos setores na geração de emprego e a fraca capacidade na atividade econômica da Paraíba, em comparação aos maiores estados da região nordeste.

Assim, destaca-se o acentuado crescimento do setor de serviços, tendo como característica principal, a agregação de trabalhadores com baixo nível de instrução e qualificação, sendo este o principal responsável pela maior parte dos empregos em condições informais. Desta forma, será apresentada a participação da População Economicamente Ativa por gênero, idade e domicílio, na qual percebe-se o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e a diferença na posição que estas ocupam em relação aos homens, por grupos de idade. Destaca-se, ainda, a permanência das diferenças salariais, quando se observa o mesmo nível de escolarização de ambos os gêneros.

Através da análise dos dados, percebemos a dificuldade que a Paraíba possui para crescer e conseguir competir com os maiores estados da região, considerando o baixo dinamismo na produção econômica ao longo dos anos. A atividade econômica está concentrada praticamente em torno do setor de serviços que comporta, em sua estrutura, trabalhadores com baixo grau de escolarização e qualificação e elevado grau de informalidade. Podemos supor, com isso, que se o estado da Paraíba continuar apresentando crescimentos muito pequenos na atividade econômica, nos próximos anos este continuará encontrando dificuldades para competir com os maiores estados da região e do país.

O mercado de trabalho na Paraíba sofreu bastante com as várias transformações decorrentes das novas formas da produção capitalista na década de 1990 que, de acordo com a política neoliberal, foi intensificado pela abertura dos mercados comerciais, resultando no acirramento entre as empresas em âmbito nacional, além da busca por recursos produtivos nos estados, o que ficou conhecido como a guerra fiscal.

De acordo com Targino *et al.* (2006), o Estado da Paraíba, também envolvido com o interesse de se desenvolver produtivamente, buscou ajuda ao participar da “guerra fiscal” conseguindo, através disso, recursos para que suas empresas inovassem tecnologicamente na

produção e, dessa forma, pudessem se tornar mais competitivas através da redução dos custos, da organização da produção e controle da qualidade dos seus produtos.

Para compreendermos a formação do mercado de trabalho na Paraíba a partir dos anos de 1990 devemos, primeiramente, conhecer as características socioeconômicas do Estado. Serão apresentados, em seguida, os dados que explicam a situação demográfica da Paraíba, assim como os dados sobre educação, enfatizando a taxa de analfabetismo. Esses dados são importantes para tomarmos conhecimento do empenho do Estado com o desenvolvimento social, retratando também a condição da pobreza como fonte importante de preocupação para a elaboração de políticas públicas, com base nos rendimentos domiciliares *per capita*. Após visualizarmos a quadro social da Paraíba, serão avaliados os dados sobre a atividade econômica como requisito para o entendimento da caracterização da atividade produtiva e da formação geral do nível de emprego e rendimento da classe trabalhadora no Estado.

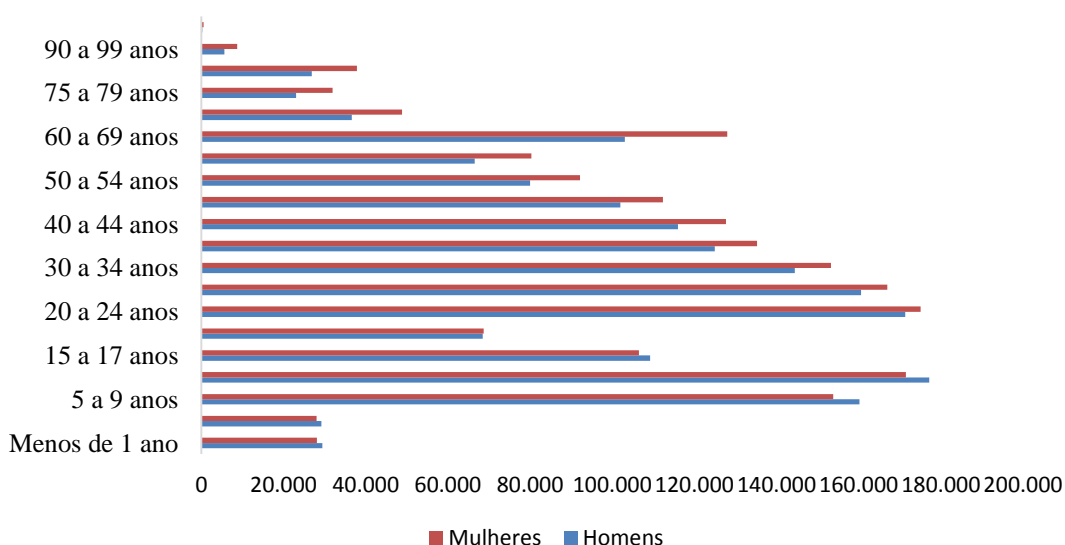
Para montar as informações apresentadas tomamos como base os dados do IBGE, da RAIS e do IPEA, buscando analisar o comportamento e o desempenho do Estado da Paraíba nos indicadores socioeconômicos frente a nova configuração da economia a partir dos anos de 1990.

4.1 Características da População do Estado da Paraíba

No Brasil, assim como na Paraíba, ocorreram algumas modificações do ponto de vista social e demográfico que alteraram a composição do mercado de trabalho nas duas últimas décadas, como é observado, em especial para o ano de 2010 no Gráfico abaixo. Essas mudanças são explicadas pelas mudanças demográficas, onde ocorre retração da população mais jovem e, como consequência, uma diminuição dos trabalhadores mais jovens e aumento da força de trabalho mais madura composta por adultos e velhos. Além disso, observa-se também que a quantidade média de filhos por mulher tem diminuído cada vez mais, possibilitando a entrada delas de forma mais rápida no mercado de trabalho. É o que realmente continua acontecendo de acordo com os dados apresentados para o ano de 2010, observamos uma redução do número de pessoas, indicando redução da fertilidade e aumento da população com maior idade, devido ao aumento da expectativa de vida. Conforme Alves (2006), nos anos de 1990 a Paraíba obteve a menor taxa de crescimento populacional da região Nordeste, apenas 0,79% a.a., em decorrência da redução de fertilidade e migração.

De acordo com os dados do Censo Demográfico a população paraibana continuou obtendo pouco crescimento em termos expressivos entre os anos de 2000 a 2010. Em 2000 a população paraibana masculina era de 1.671.978 milhão de pessoas tendo um pequeno crescimento no ano 2010, registrando 1.771.847 milhão de pessoas. A população paraibana feminina representa um maior contingente, apresentando também que o número de mulheres na Paraíba tem aumentado mais que o número de homens. Em 2000 a população feminina era de 1.771.847 milhão de pessoas, passando para 1.942.149 milhão de pessoas em 2010.

Gráfico 1: Paraíba - População residente por sexo e idade em 2010



Fonte: Censo Demográfico IBGE – Características Gerais da População. Elaboração própria.

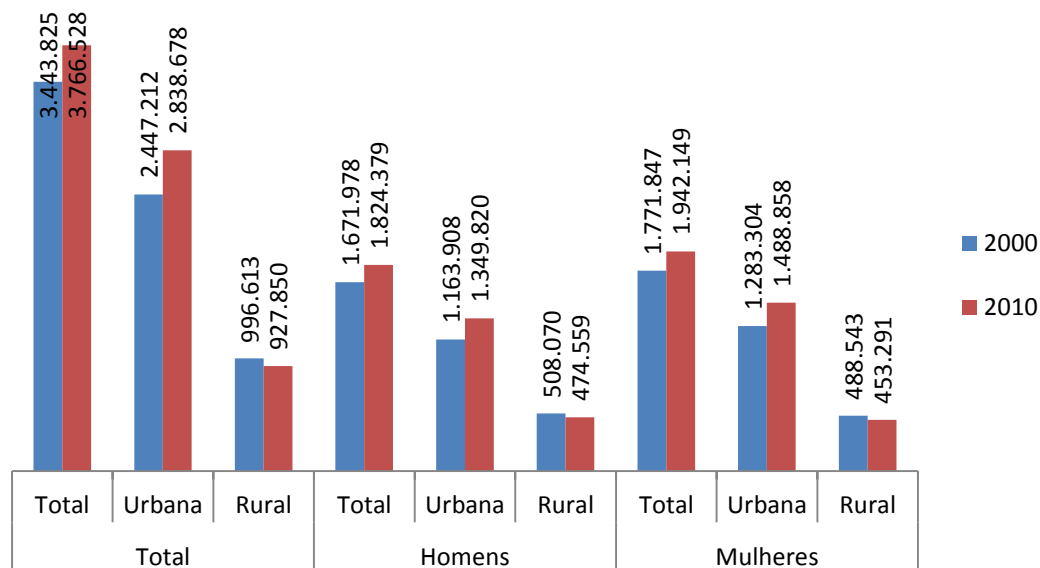
A reestruturação nos modos de produção explica perfeitamente o crescimento do êxodo rural, pois a implantação da indústria e a demanda por mão-de-obra nas empresas foram responsáveis pelo aumento no contingente populacional urbano e, conseqüentemente, pela redução da população rural que continua se deslocando para a cidade em busca de mais oportunidades de trabalho.

De acordo com os dados do Censo Demográfico, o nível de urbanização da Paraíba evoluiu de 52%, em 1991, para 68%, em 2000. Como observamos no Gráfico 2, a população urbana da Paraíba no ano de 2010 continuou crescendo, enquanto o crescimento populacional rural permaneceu sendo negativo, em comparação com o ano de 2000.

De acordo com os dados observa-se que a população rural em 2000 era de 996.613 mil pessoas e reduziu para 927.850 mil pessoas em 2010, uma diminuição de 7% da população rural. Já a população urbana era formada em 2000 por 2.447.212 milhões de pessoas e

continuou crescendo, em 2010 ela passou para 2.838.678 milhões de pessoas, ou seja, um crescimento de 16% da população urbana.

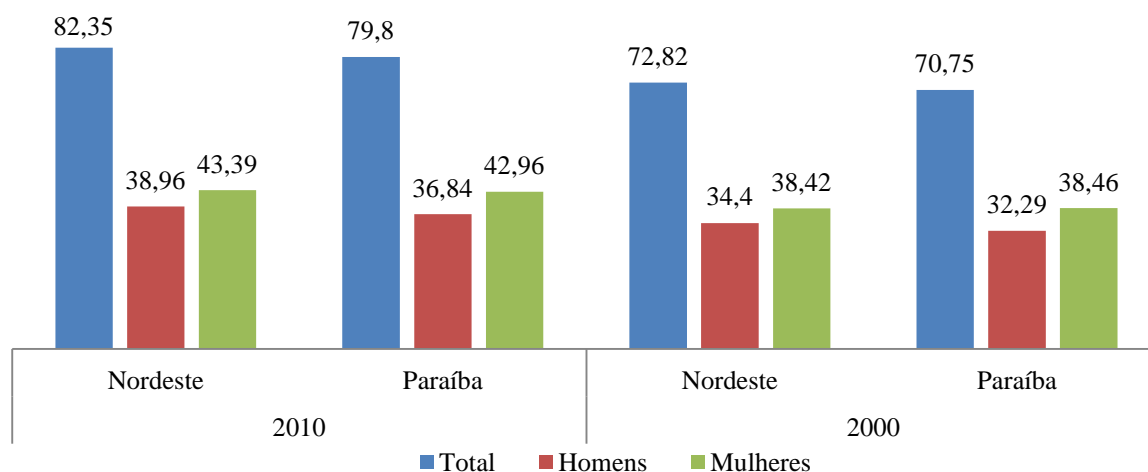
Gráfico 2: Paraíba - População residente por situação do domicílio e sexo em 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico IBGE – Características Gerais da População. Elaboração própria.

De acordo com os dados do Gráfico 3, observamos que houve um crescimento positivo no nível de escolaridade. Na região Nordeste este indicador apresentou uma taxa de 72,82% em 2000, elevando-se para 82,35% em 2010. Na Paraíba observou-se uma taxa de 70,75% para o primeiro período analisado, crescendo para 79,8% no segundo período, destacando que a taxa de alfabetização feminina foi superior a dos homens em ambos os períodos, tanto no estado quanto na região.

Gráfico 3: Nordeste e Paraíba - Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade por sexo em 2000 e 2010 (em %)

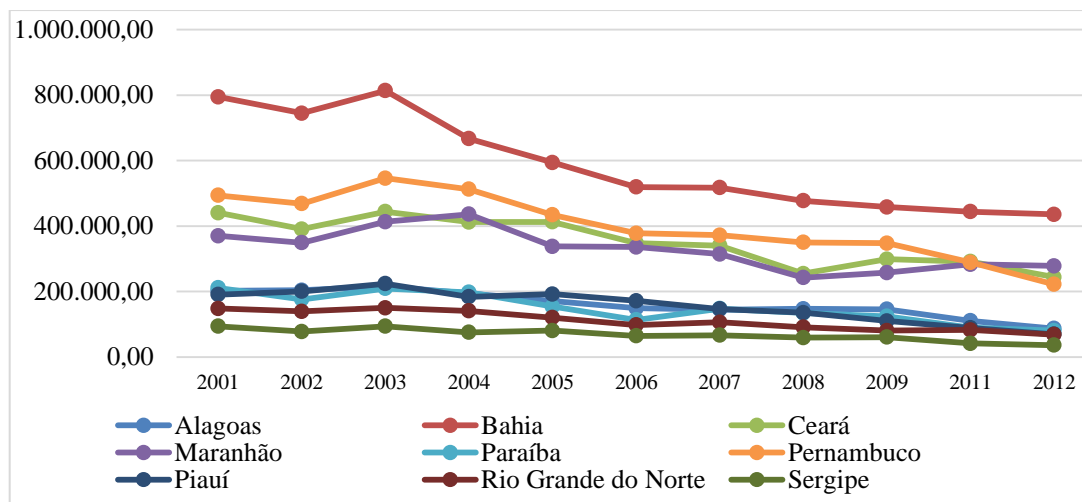


Fonte: Censo demográfico IBGE – Educação 2000 e 2010. Elaboração própria

A carência de investimentos em educação, saúde, moradia, recursos básicos que garantam as condições necessárias para a sobrevivência humana, agravam a situação das pessoas que vivem em circunstâncias de extrema pobreza por estarem desempregadas e dependentes da ajuda de políticas públicas direcionadas a amenizar esses problemas. Essa situação é um alerta para o direcionamento de políticas públicas, não apenas assistencialistas, que garantam uma renda mínima, mas de investimentos na qualificação da mão-de-obra e formação profissional por meio de programas que ofereçam cursos técnicos que abranjam toda a população excluída da sociedade. Assim, com seu próprio trabalho as pessoas poderão garantir o seu sustento através da renda gerada pelo emprego.

No Gráfico 4, observa-se o comportamento da pobreza nos estados do Nordeste no período de 2001 a 2012, com exceção do ano de 2010 que não foi disponibilizado. Na região nordeste o estado da Bahia foi quem apresentou o maior número de domicílios com renda *per capita* inferior à linha da pobreza em todos os anos analisados, apesar de ter conseguido reduzir esse número ao longo dos anos. Já o estado da Paraíba, no ano de 2001, ficava na quinta posição entre os estados com maiores números de domicílios extremamente pobres, que eram de 211.283 domicílios com rendimentos abaixo da linha da pobreza. No ano de 2012, o estado da Paraíba conseguiu reduzir o número de domicílios extremamente pobres, ficando na quarta posição entre os menores estados com domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior a linha da pobreza, reduzindo o seu número nesse ano para 80.703 domicílios.

Gráfico 4: Estados do Nordeste - Pobreza - número de domicílios extremamente pobres (em unidades) de 2001 a 2012



Fonte: IPEA – Pobreza. Elaboração própria.

Analizando ainda o quadro de pobreza na região nordeste no Gráfico 5, observamos que a Paraíba, assim como os demais estados apresentaram uma redução na proporção dos indivíduos pobres, apesar de o estado ter ficado na terceira posição no ano de 1991, onde se estima que quase 70% do contingente populacional era de pobres.

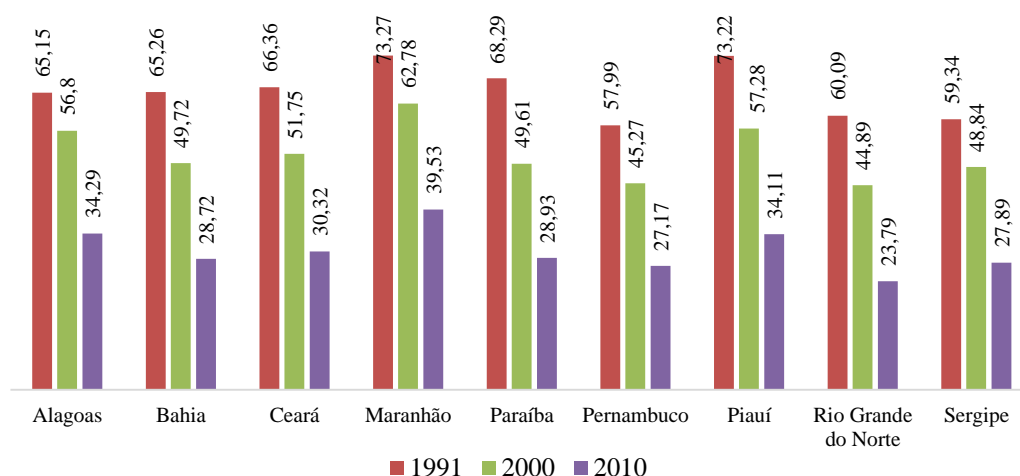
O estado da Paraíba conseguiu diminuir a proporção de pobreza no estado mas, mesmo assim, ainda ficou em quarto lugar entre os estados do Nordeste com maior concentração de pobreza no ano de 2010. De acordo com os dados, a proporção de indivíduos pobres no estado era de 28,93%.

Percebe-se também que a redução da pobreza foi um fenômeno geral, pois todos os estados da região Nordeste conseguiram reduzir em grandes proporções esse indicador entre os anos 1991 a 2010.

A redução da pobreza pode ter sido reflexo das “políticas assistencialistas de combate à miséria social, uma consequência do próprio modelo de desenvolvimento e da falta de geração de emprego” (CARVALHO, 2006). A implantação dessa política não tem coberto financeiramente todos os indivíduos que vivem em situação precária devido ao desemprego.

Na verdade, o Estado passou a desempenhar uma função assistencialista e paternalista, que serviu para reduzir o efeito da miséria generalizada ao garantir uma renda mínima. Mas, não agiu para incentivar a geração produtiva da renda com caráter sustentável, ou seja, contribuiu, sobretudo, para a conservação e o aumento do ônus social sobre o Estado (CARVALHO, 2006, p. 401).

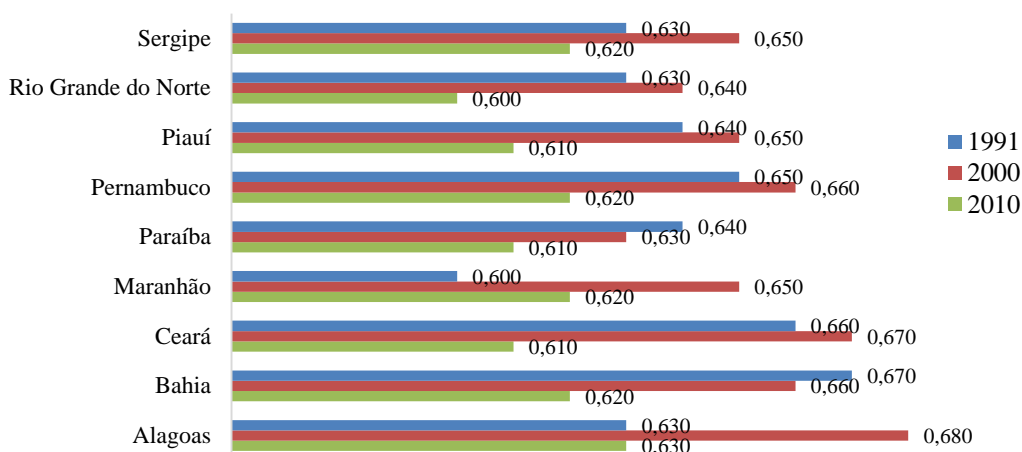
Gráfico 5: Estados nordestinos - Proporção dos indivíduos pobres com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais



Fonte: IPEA – Pobreza - proporção de domicílios pobres. Elaboração própria.

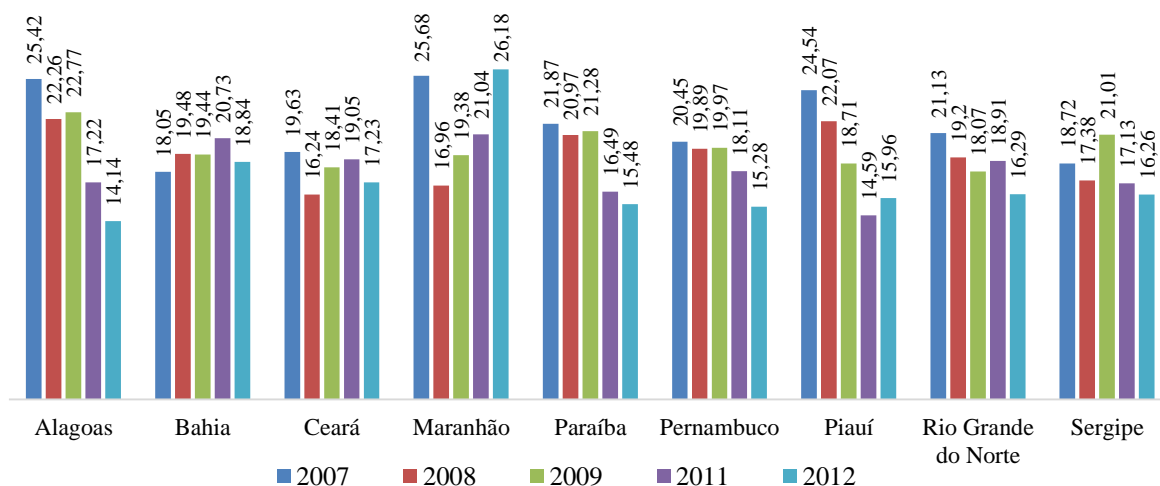
O índice de Gini é um indicador muito utilizado para medir a concentração de renda nas classes de rendimento da população. Este indicador é importante para a compreensão da desigualdade de renda, servindo de auxílio para a elaboração de políticas direcionadas ao desenvolvimento sustentável, de modo que atendam às classes mais desfavorecidas da sociedade para que sejam reduzidas as desigualdades e, conseqüentemente, a pobreza. Quanto maior o índice de Gini maior é a desigualdade de renda da população e quanto menor o índice, melhor é a distribuição de renda dos indivíduos.

O Gráfico 6 mostra o índice de Gini dos estados da região nordeste. Observamos que a Paraíba vem melhorando levemente nesse índice entre os anos de 1991, 2000 e 2010 apresentando, respectivamente, os índices 0,640, 0,630 e 0,610. No ano de 2000 quase todos os estados pioraram seus índices, apenas os estados da Paraíba e da Bahia conseguiram melhorar seus índices entre todos os anos analisados. Nos demais estados do Nordeste os índices indicaram o aumento da desigualdade de renda. Mas, já no ano de 2010, todos os estados apresentaram redução conseguindo melhorar a distribuição dos rendimentos. O estado do Maranhão merece ser destacado pois, apesar da redução do índice de 2000 para 2010, o índice de 2010 foi superior ao alcançado em 1991, apresentando uma distribuição de renda pior do que a realizada no estado da Paraíba como é possível ser observado no Gráfico abaixo.

Gráfico 6: Estados nordestinos - Índice de Gini de 1991 a 2010

Fonte: IPEA - Renda – desigualdade - índice de Gini. Elaboração própria

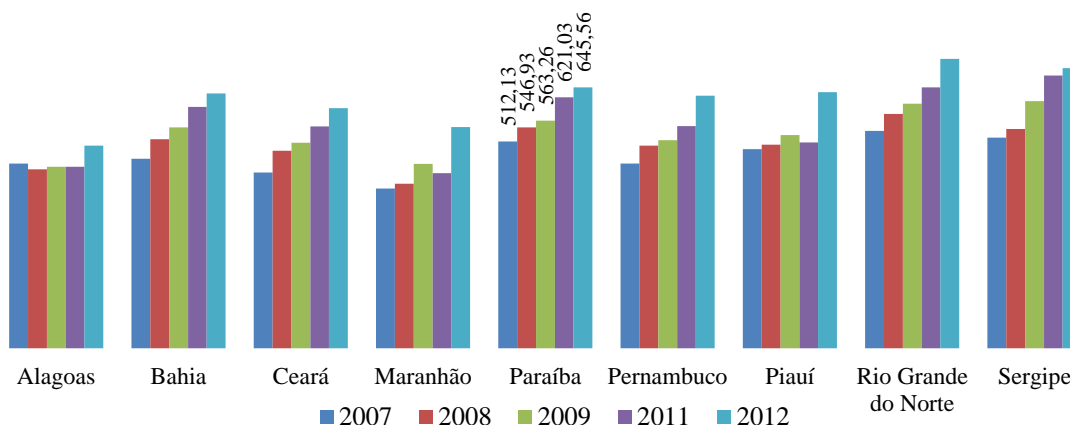
No Gráfico 7 podemos ver o grau de desigualdade na distribuição de renda entre os indivíduos, apresentando a distância de renda dos 20% mais ricos, ou seja, os que ficam com a maior fatia da arrecadação e os 20% mais pobres, que ficam com a menor parcela de rendimento. De acordo com os dados, a Paraíba apresentou uma redução da desigualdade entre os anos de 2007 e 2012, passando de 21,87% para 15,48%, refletindo uma melhora na proporção da desigualdade. Percebe-se que apenas os estados da Bahia e do Maranhão pioraram a distribuição dos rendimentos entre ricos e pobres entre os anos de 2007 a 2012, mostrando que a desigualdade de renda nestes estados foi superior ao apresentado no estado da Paraíba.

Gráfico 7: Estados nordestinos - Renda: razão entre a renda dos 20% mais ricos e a renda dos 20% mais pobres (em %)

Fonte: IPEA – Elaboração própria.

De acordo com a distribuição do rendimento mensal da população, no Gráfico 8 temos que a Paraíba foi um dos estados que registrou um dos melhores dados quanto ao rendimento mensal da população, mostrando um comportamento crescente da renda domiciliar *per capita* média entre os anos de 2007 e 2012. Como mostram os dados, o estado da Paraíba apresentou uma renda domiciliar *per capita* média de R\$ 512,13 no ano de 2007 passando para R\$ 645,56 no ano de 2012. Percebe-se que todos os estados da região nordeste cresceram no ano de 2012, mas os estados de Alagoas em 2008, Maranhão e Piauí no ano de 2011, apresentaram redução nos rendimentos, retomando o crescimento nos anos seguintes. Apesar disso, o estado da Paraíba apresentou uma renda *per capita* média superior aos três estados durante todos os anos analisados.

Gráfico 8: Estados nordestinos - Renda domiciliar *per capita* média de 2007 a 2012
(em R\$)



Fonte: IPEA –. Elaboração própria.

4.2 Atividade econômica por setores e participação no PIB

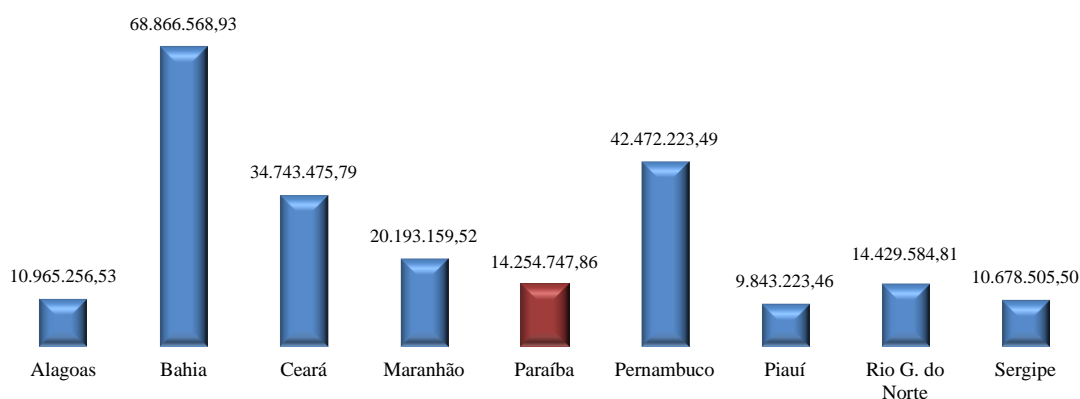
Para compreendermos como está estruturada a economia paraibana em relação aos demais estados da região Nordeste, abaixo está ilustrado os dados sobre o PIB representando a produção dos setores de atividade e a participação dos maiores setores no PIB da Paraíba revelando, assim, a base em que é formada a economia do estado.

O PIB *per capita*, outro indicador econômico importante, ajudará a visualizar através dos valores o nível de rendimento da população em comparação com os resultados produtivos do Estado, permitindo entender o comportamento da renda e, também, os possíveis efeitos da política de desenvolvimento implantada, servindo de modelo para a correção das políticas traçadas.

No Gráfico 9 temos o PIB de cada estado nordestino. Observamos que a Paraíba no ano de 2010 apresentou um baixo crescimento econômico quando comparado aos outros estados da região nordeste. Isso mostra que a economia não respondeu na mesma proporção aos investimentos nas atividades produtivas, representando baixa atividade econômica.

A economia paraibana, desde os anos de 1990, tem apresentado o mesmo comportamento ao longo dos anos, ficando abaixo dos três maiores estados da região Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará), registrando pequenos crescimentos produtivos na economia do estado. Percebe-se, conforme os dados, que o estado da Paraíba conseguiu ter um PIB de R\$ 14.254.747,86 bilhões no ano de 2010.

**Gráfico 9: PIB dos estados nordestinos em 2010
(Preços constantes em R\$ de 2000)**



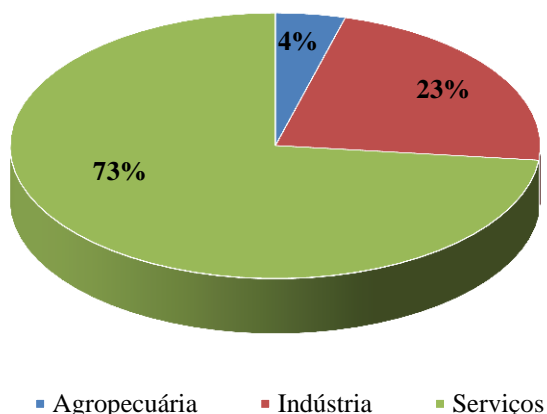
Fonte: IPEA – PIB Estadual a preços constantes. Elaboração própria.

Quanto à participação dos setores econômicos da Paraíba no PIB de 2010, exibida no Gráfico 10, fica claro que o setor de serviços é quem abarca a maior parcela da produtividade econômica do Estado, considerando o peso de 73,2% frente ao setor industrial, com 22,5% e ao setor agropecuário com apenas 4,2% de contribuição ao crescimento econômico. Dessa forma, no ano de 2010, o PIB paraibano estava formado praticamente pelos setores de serviços e indústria, que são responsáveis por aproximadamente 96% do PIB estadual, enquanto que o setor agropecuário vem diminuindo sua participação.

A distribuição dos setores quanto a sua participação no PIB tem apresentado o mesmo comportamento desde os anos de 1990, ou seja, redução da participação do setor agropecuário e aumento dos setores industriais e serviços, sendo este último o de maior peso no PIB do estado, ficando responsável pela maior parcela na formação do PIB. Desta forma, é possível perceber as consequências sobre o mercado de trabalho na Paraíba, sendo este composto em

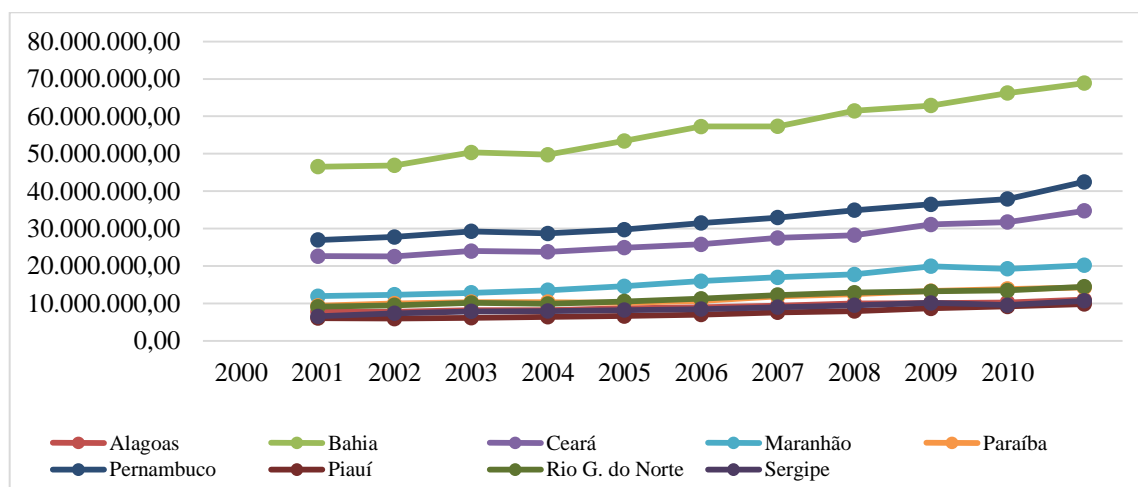
sua maior parcela de pessoas que possuem um baixo grau de instrução, níveis muito baixos de rendimentos, que possuem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria, características que revelam o alto grau de precarização das condições de trabalho, o que será mais detalhado na seção seguinte.

Gráfico 10: Paraíba - participação dos setores econômicos no PIB em 2010 (%)



Fonte: IBGE – Contas Nacionais 2011. Elaboração própria.

No Gráfico 11 podemos ver a evolução do PIB para os estados nordestinos durante os anos de 2000 a 2010. A Paraíba teve um pequeno desempenho ao longo dos anos, muito próximo dos estados que tiveram baixo crescimento nesse período, como o Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Piauí. Desta forma, percebe-se a dificuldade que o estado tem para crescer e tornar-se mais dinâmico, devido à estrutura de sua economia que é principalmente sustentada pelo setor de serviços. Isso implica um alto custo sobre o mercado de trabalho e o rendimento da população paraibana, que já são muito precários. Se esta tendência for mantida, a formação dos postos de trabalho não será muito diferente dos já existentes, gerando ocupações com pouco grau de qualificação e rendimentos baixos, já que os setores mais produtivos do estado não tem conseguido desenvolver suas bases para o fortalecimento da economia paraibana.

Gráfico 11: PIB dos estados nordestinos de 2000 a 2010 (Preços constantes R\$ de 2000)

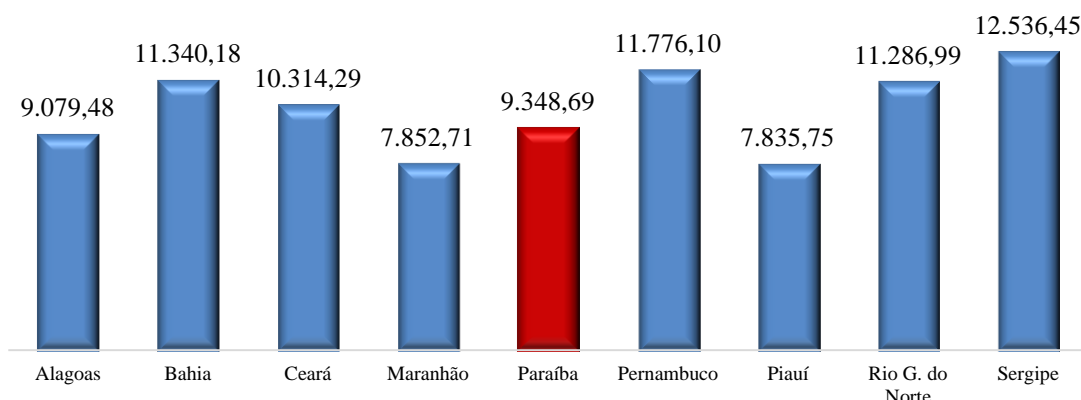
Fonte: PIB Estadual a preços constantes. Elaboração própria.

De acordo com o pequeno desempenho da economia paraibana que obteve leve crescimento na sua atividade produtiva, percebida por meio do PIB, é compreensível a pouca capacidade de geração de emprego e renda para a população paraibana, com um dos menores PIB *per capita* na comparação com os demais estados do nordeste.

Analisando o crescimento do PIB *per capita* para o ano de 2011 dos estados nordestinos (Gráfico 12), a preços correntes, é possível ver que há desigualdade entre os estados, além de que a posição ocupada por eles é praticamente a mesma, quando considerados períodos anteriores. No ano de 1991 e 2000 os estados com maiores PIB *per capita* eram Sergipe, Bahia e Ceará, ou seja, apresentando a mesma posição no ano de 2011. Percebe-se que Sergipe conseguiu o maior PIB *per capita* da região Nordeste, registrando R\$ 12.536,45 em 2011. Pernambuco ficou com o segundo maior PIB *per capita* com R\$ 11.776,10 no mesmo período e a Bahia ficou com o terceiro maior PIB, com R\$ 11.340,18. Por outro lado, destaca-se os estados com menores rendimentos que são Piauí com um PIB *per capita* de R\$ 7.835,75, em seguida vem o Maranhão que apresentou um valor de R\$ 7.852,71 e em terceiro vem o estado de Alagoas que atingiu um rendimento de R\$ 9.079,48 em 2011.

As condições para a geração de emprego, principalmente na Paraíba, são muito pequenas, destacando o fato de que a maior atividade econômica do Estado é a do setor de serviços que representa baixo dinamismo. Desta forma, se explica a colocação do estado da Paraíba entre os estados com menores PIB *per capita* da região Nordeste, tendo ficado na quarta posição em que apresentou um rendimento de R\$ 9.348,69 no ano de 2011.

Gráfico 12: PIB *per capita* dos estados nordestinos em 2011 (Preços correntes)



Fonte: IPEA – PIB per capita valores deflacionados (R\$ de 2000). Elaboração própria.

Os valores demonstraram que a Paraíba apresentou um desempenho muito fraco quando a comparamos com os estados que conseguiram crescimento em níveis mais elevados. O desempenho da economia paraibana é resultado de sua característica econômica que ainda é sustentada em grande parte pelo setor de serviços.

4.3 Formação do emprego e rendimento na Paraíba

Para entender como é formado o mercado de trabalho Paraibano serão apresentadas as características da População Economicamente Ativa (PEA), destacando o grau de instrução, sexo, idade, localidade do domicílio e ocupação por tipo de emprego. Dessa forma, é possível analisar a composição do rendimento dessa população, auferidos do trabalho nas condições de ocupação formal e informal.

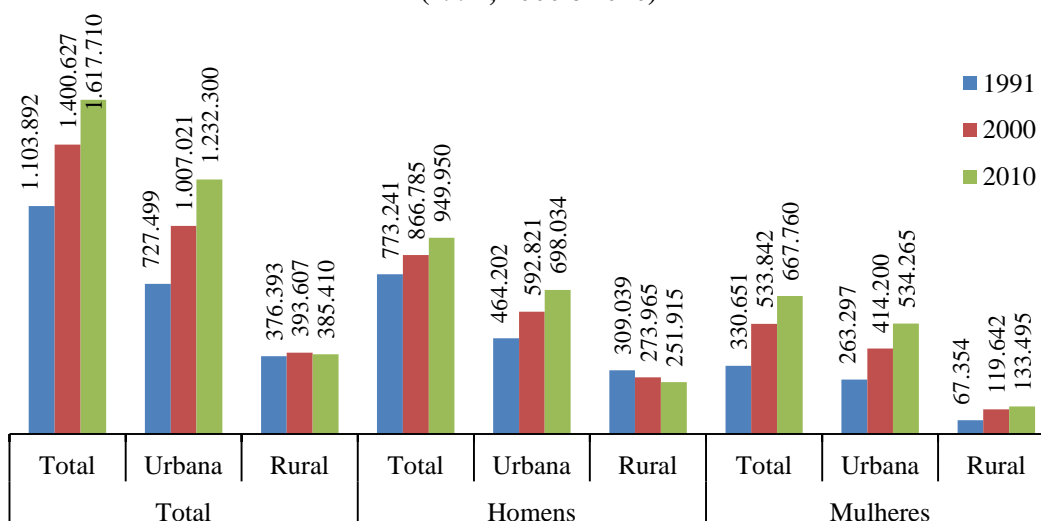
A composição da estrutura produtiva do Estado, explicará o tipo de ocupação, as formas de trabalho e o rendimento dos trabalhadores, mostrando quais são as ocupações que mais empregam no Estado, auxiliando para a implantação de políticas que ajudem as outras formas de ocupação a melhorar a sua produtividade e competitividade.

Os dados que serviram de apoio à análise das condições de emprego na Paraíba foram retirados do IBGE e da RAIS do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE).

No Gráfico 13 está distribuída a População Economicamente Ativa (PEA) pela localidade da moradia e sexo, nos anos de 1991, 2000 e 2010. De acordo com os dados, a População Economicamente Ativa urbana da Paraíba cresceu em todos os anos analisados, representando o deslocamento da população rural que foi em busca de emprego nas cidades,

pressionando o mercado de trabalho urbano. Percebe-se um aumento persistente da PEA feminina urbana e rural, em todos os períodos, que pode ser explicado pela redução da fecundidade, levando as mulheres a participarem na contribuição do orçamento familiar. Apesar do crescimento da PEA feminina, a PEA da Paraíba continua sendo composta em maior parcela pelo sexo masculino, levando em consideração os valores apresentados. Temos que a PEA masculina cresceu na área urbana ao longo dos anos e diminuiu na zona rural, mesmo assim permanece com um maior contingente nas duas áreas, rural e urbana. De acordo com os dados, a taxa de crescimento da PEA total para os homens entre 1991 e 2010 foi de 22,85% e para as mulheres essa proporção representou um aumento de mais de 100% entre os anos de 1991 e 2010.

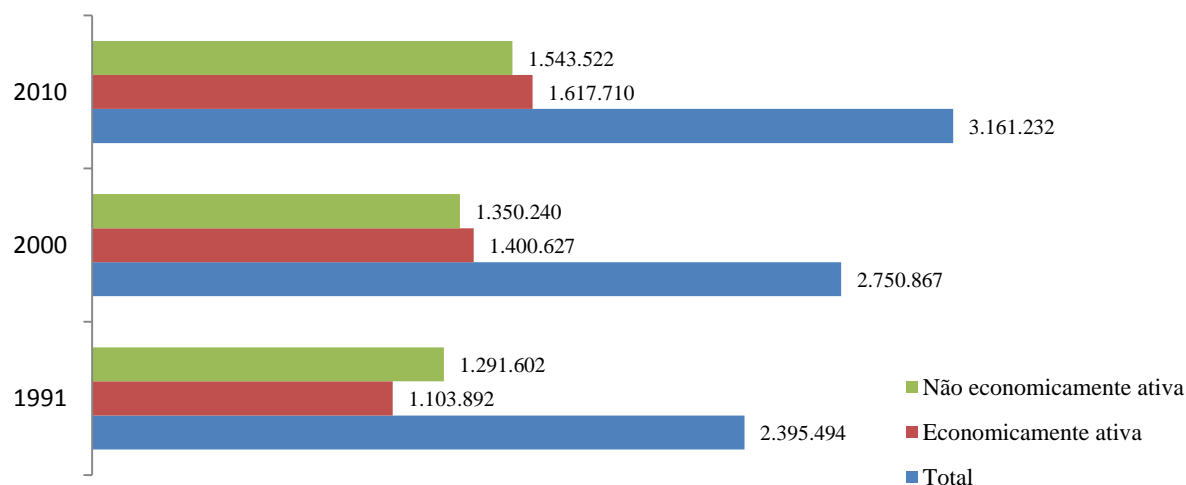
Gráfico 13: Paraíba - População Economicamente Ativa por domicílio e gênero (1991, 2000 e 2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração Própria.

Como vemos no Gráfico 14 a População Economicamente Ativa no ano de 1991 era inferior a População Não Economicamente Ativa. Há uma mudança nesse quadro nos anos de 2000 e 2010, pois como está exposto abaixo, a População Economicamente Ativa cresceu entre esses períodos, enquanto que a População Não economicamente Ativa diminuiu. De acordo com (BORGES, 2011) essa mudança na formação da oferta de trabalhadores pode ser explicado pela modificação dos grupos com idade ativa para entrarem no mercado de trabalho, tendo diminuído a fração de jovens e aumentado de forma variada o número de trabalhadores mais maduros, como os adultos e velhos, nas últimas décadas.

Gráfico 14: Paraíba - População Economicamente Ativa e Não Economicamente Ativa (1991, 2000 e 2010)

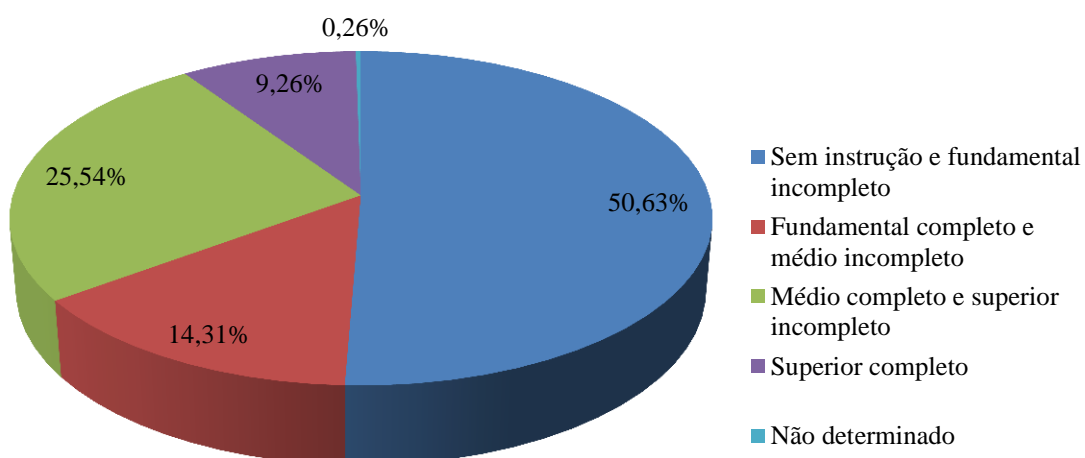


Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração Própria.

A População Economicamente Ativa distribuída pelos grupos de instrução no ano de 2010, como vemos no Gráfico 15, mostrou que o mercado de trabalho paraibano é muito desigual em sua formação, tendo em vista que 50,63% de sua população é composta por pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto. O ensino fundamental completo e médio incompleto compõe 14,31% da população, ou seja, somando esses dois eles são 64,94%, a maior parcela da população que trabalha ou está à procura de trabalho. De acordo com os dados, 25,54% possui ensino médio completo e superior incompleto, enquanto apenas uma pequena fatia de 9,26% tem ensino superior completo.

Percebe-se que o grau de escolaridade da População Economicamente Ativa na Paraíba é muito inferior, sendo um obstáculo para a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. Considerando que o rendimento que essas pessoas conseguem auferir é muito pouco, a tendência é que passem a se submeter a péssimas condições de trabalho, já que as exigências são sempre crescentes na contratação.

Gráfico 15: Paraíba- Pessoas de 10 anos ou mais de idade da PEA segundo o grau de instrução em 2010

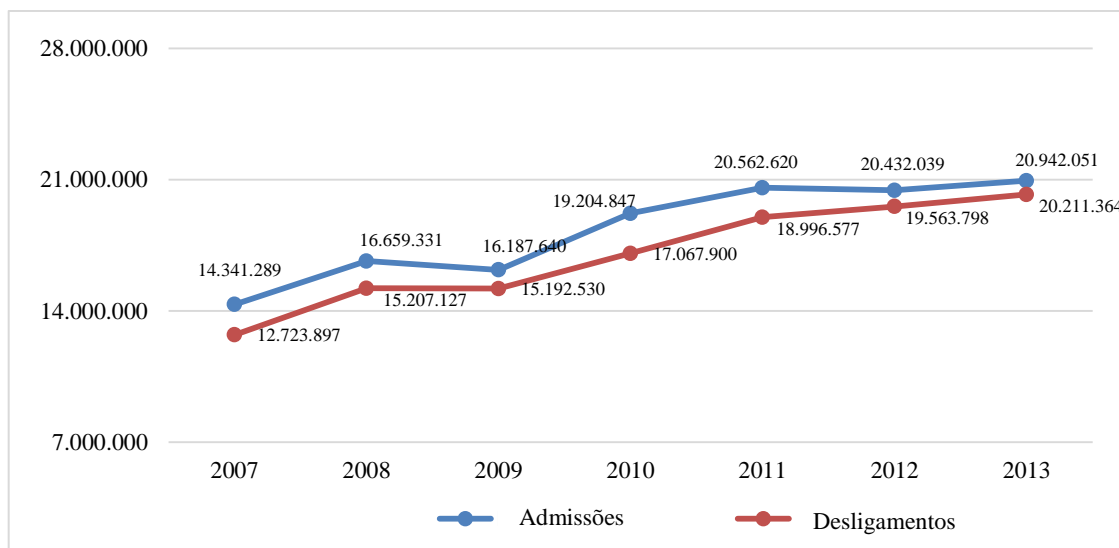


Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010. Elaboração Própria.

No Gráfico 16, é possível observar o número de trabalhadores que foram contratados e demitidos do mercado de trabalho no Brasil, durante os anos de 2007 a 2013. De acordo com a exposição dos dados, percebe-se que entre os anos de 2007 a 2008 houve elevação nos contratos formais, com uma diminuição nas admissões logo em seguida entre 2008 e 2009. Essa redução pode ser explicada, em parte, pela crise mundial que também atingiu a economia nacional enfraquecendo o mercado de trabalho brasileiro. Os fatores internos que atuaram na economia brasileira neste período, terminaram por contribuir positivamente com o mercado de trabalho e amenizar os efeitos da crise sobre o Brasil. Apesar do baixo crescimento relativo da economia, o emprego foi criado em proporções maiores do que em outros países nos períodos compreendidos entre 2009 a 2013, voltando a crescer o número de admissões. Por outro lado, temos o número de demissões que revela a rotatividade no mercado de trabalho, além da instabilidade econômica do país. Os dados mostram que o número de admissões foram maiores que o de desligamentos durante os anos de 2007 a 2013. Apesar disso, os dados também indicam que os desligamentos cresceram, mas entre 2007 e 2008 aumentou o número de desempregados que trabalhavam formalmente. Enquanto isso, nos anos entre 2008 e 2009, que ocorreu uma redução dos contratos, também diminuiu o número de demissões, apresentando crescimento dos desligamentos no período seguinte de 2009 a 2013, mostrando

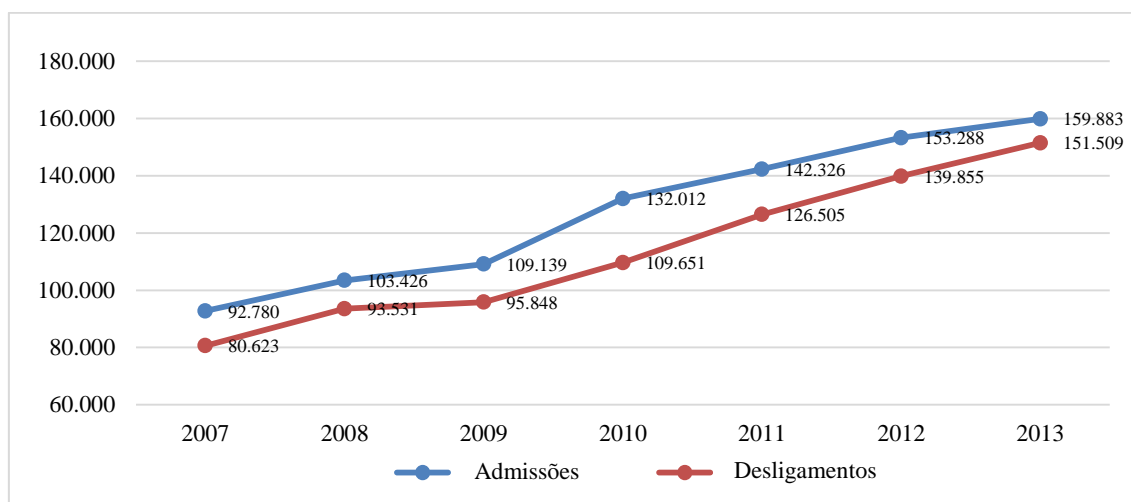
que o desligamento apresentou o mesmo comportamento que as demissões (MTE/CAGED, 2014).

Gráfico 16: Brasil - admissões e desligamentos de 2007 a 2013 (nº absoluto)



Fonte: MTE – CAGED, 2014. Elaboração própria.

Os dados sobre as contratações formais e as demissões para a Paraíba (Gráfico 17), mostram que o Estado apresentou crescimento no número de admissões e desligamentos em todos os anos entre 2007 a 2013, explicando a rotatividade nas contratações e demissões no mercado de trabalho paraibano. Vale destacar, que a Paraíba não diminuiu o número de contratação entre os anos marcados pela crise entre 2008 e 2009, apesar do seu pequeno crescimento nas admissões nesse período, inverso ao comportamento das contratações do Brasil que registrou redução.

Gráfico 17: Paraíba - admissões e desligamentos de 2007 a 2013 (nº absoluto)

Fonte: MTE – CAGED, 2014. Elaboração própria.

Na Tabela 1 estão colocadas as ocupações no trabalho principal que contribuíram com a previdência oficial no ano de 2010 para a Paraíba. Observa-se que a maioria dos trabalhadores ainda está na informalidade e que os empregados com carteira de trabalho assinada representam a maior parcela dos contribuintes com a previdência do estado, uma proporção de 27,22% dos contribuintes, seguido pelo grupo de demais empregados com carteira assinada que representam 25,84% e, logo depois, os militares e funcionários públicos com 7,59% dos contribuintes do estado.

Dentre os grupos de contribuintes que menos contribuem, os empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada foram os que tiveram a menor parcela de participação, apenas 3.523 pessoas. Em segundo lugar, são os empregadores, compostos por 12.100 contribuintes, seguido pelos empregados domésticos com carteira de trabalho assinada, que em todo o estado da Paraíba no ano de 2010 foram 20.533.

Tabela 1: Paraíba - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com posição na ocupação e contribuição para a previdência oficial no trabalho principal em 2010

Ocupação e contribuição para o instituto de previdência	Total	Homens	Mulheres
Total	1.478.168	886.272	591.896
Empregados - com CT assinada	402.421	251.441	150.981
Empregados - militares e func. Públicos estatutários	112.167	48.149	64.018
Empregados - sem CT assinada	408.962	228.795	180.167
Empregados - sem CT assinada - contribuintes da previdência	62.999	29.316	33.684
Empregados - sem CT assinada - não contribuintes da previdência	345.963	199.480	146.483
Empregados - trabalhadores domésticos - com CT assinada	20.533	2.184	18.349
Empregados - trabalhadores domésticos - sem CT assinada	73.480	3.691	69.788
Empregados - trabalhadores domésticos - sem CT assinada - contribuintes da previdência	3.523	213	3.310
Empregados - trabalhadores domésticos - sem CT assinada - não contribuintes da previdência	69.957	3.478	66.479
Empregados - demais empregados - com CT assinada	381.888	249.257	132.631
Empregados - demais empregados - sem CT assinada	335.482	225.104	110.378
Empregados - demais empregados - sem CT assinada - contribuintes da previdência	59.476	29.102	30.374
Empregados - demais empregados - sem CT assinada - não contribuintes da previdência	276.006	196.002	80.004
Conta própria - contribuintes da previdência	50.576	33.896	16.680
Conta própria - não contribuintes da previdência	274.195	190.654	83.541
Empregadores - contribuintes da previdência	12.100	7.757	4.343
Empregadores - não contribuintes da previdência	7.865	5.458	2.407

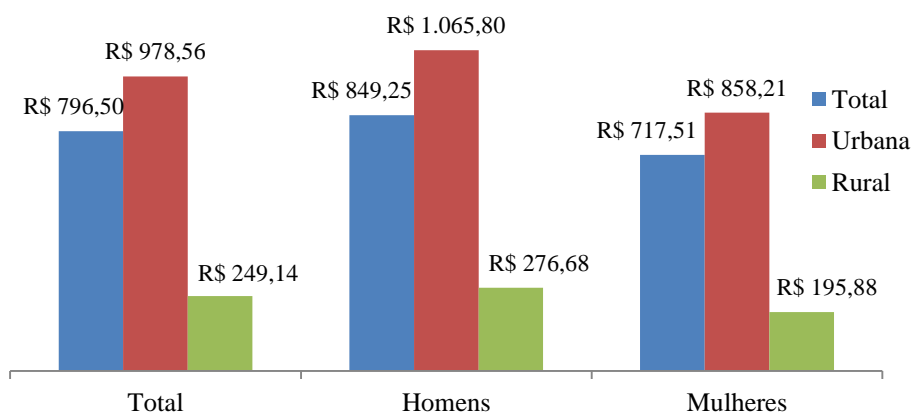
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

De acordo com a formação econômica do estado vamos observar as classes de rendimento da Paraíba obtidas para o ano de 2010, considerando a localidade domiciliar e o sexo dos trabalhadores, apresentados no Gráfico 18. Conforme os indicadores, a concentração dos rendimentos é maior na zona urbana, já que a maior parcela da população está concentrada nessa área. Este resultado também é válido devido ao baixo dinamismo da atividade agropecuária no estado, que apresentou menor dinamismo econômico em comparação com os outros setores da economia paraibana, como já vimos.

Quanto à distribuição dos rendimentos por sexo, os homens continuam ganhando mais do que as mulheres já que a maior empregabilidade das mulheres é em atividades domésticas, sendo a maior parte sem carteira de trabalho assinada. Para dar maior sustentação a essa

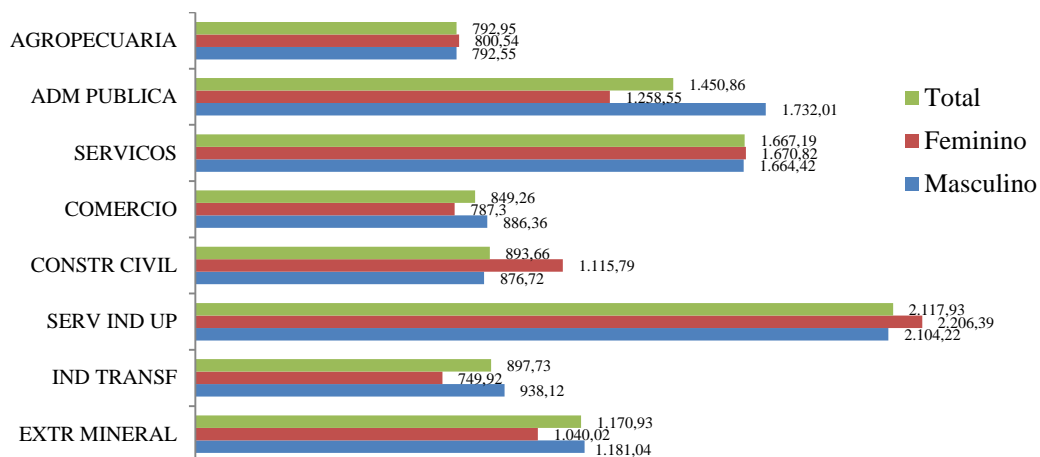
informação, os dados mostram que o rendimento médio mensal dos homens em 2010 foi de R\$ 849,25, já o rendimento das mulheres para esse ano, foi de exatamente R\$ 717,51 mensais.

Gráfico 18: Paraíba - Valor do rendimento médio mensal por gênero e domicílio (2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Elaboração Própria.

No Gráfico 19 estão distribuídos os salários por setor produtivo da Paraíba no ano de 2011. O setor agropecuário apresentou o menor nível salarial médio de R\$ 792,95, resultado da tendenciosa redução da atividade agrícola na economia paraibana, estando essa atividade mais centrada na agricultura de subsistência familiar da população rural. Em seguida vem os setores de comércio e da indústria de transformação que também apresentaram uma baixa contribuição na renda da população paraibana, representado por um salário de R\$ 849,26 e R\$ 897,73 respectivamente. Ao contrário do desempenho salarial desses setores, o setor de serviços industrial, com remuneração de R\$ 2.117,93, mostrou que domina a grande parcela dos salários médios dos trabalhadores paraibanos, ficando logo atrás o setor de serviços que é o responsável pela maior contratação no Estado, com rendimento médio de R\$ 1.667,19 em 2011. Em relação ao salário por gênero, observa-se que há uma variação na distribuição dos salários entre os homens e as mulheres nos diferentes setores, chamando atenção os dados apresentados abaixo para a grande disparidade nos rendimentos da administração pública. Neste segmento, os salários dos homens chegam a média de R\$ 1.732,01 mensais, enquanto que o salário das mulheres são em média de R\$ 1.258,55 mensais.

Gráfico 19: Paraíba - Salário médio por setor produtivo e gênero em 2011

Fonte: MTE – RAIS, 2014. Elaboração própria.

Na descrição dos rendimentos dos trabalhadores por sexo e idade apresentada na Tabela 2, as mulheres recebem os menores salários em quase todos os grupos etários. Apenas na faixa de idade entre 15 e 17 anos é que elas se diferenciam por um aumento pouco significativo no salário médio de 2011. Os homens continuam dominando as maiores classes de rendimento. No quesito idade, percebe-se que os rendimentos aumentam de acordo com a faixa etária, mostrando que os mais maduros, adultos e velhos são os que auferem as maiores rendas, seja por serem mais experientes ou por possuírem maiores anos de estudo. Apenas no grupo dos jovens entre 15 e 17 anos é que o rendimento diminui, podendo ser explicado pela fase de conciliação entre os estudos e a inserção no mercado de trabalho.

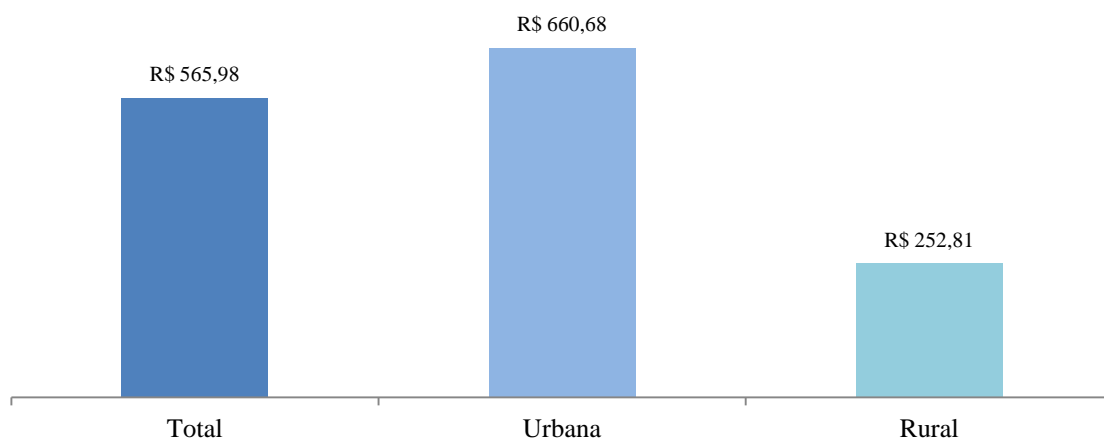
Tabela 2: Paraíba - Classes de rendimento médio dos trabalhadores por sexo e idade em 2011

Faixas Etárias	Masculino	Feminino	Total
10 a 14 anos	634,78	563,47	616,95
15 a 17 anos	545,75	545,91	545,8
18 a 24 anos	740,39	723,3	734,56
25 a 29 anos	962,11	958,51	960,74
30 a 39 anos	1.160,05	1.136,49	1.150,41
40 a 49 anos	1.533,29	1.342,96	1.444,24
50 a 64 anos	2.244,54	1.770,47	2.009,36
Acima de 65 anos	2.822,13	1.984,86	2.464,35
Ignorado	683,2	659,43	664,19

Fonte: MTE – RAIS, 2014. Elaboração própria.

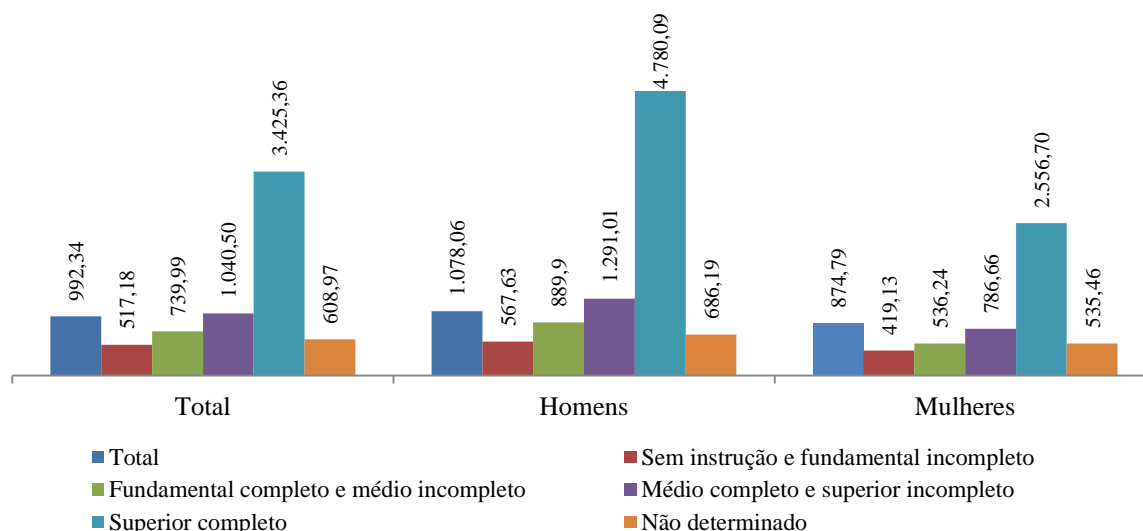
Analisando a distribuição do rendimento dos domicílios, a área urbana é a que concentra a maior fatia dos rendimentos o que é de esperar, já que ela comporta um maior contingente populacional e apresenta maior produtividade econômica, gerando mais empregos e renda para a população. Dessa forma, o rendimento urbano foi de R\$ 660,68, valor que supera até o rendimento do Estado que era em média de R\$ 565,98 em 2010. O valor do rendimento rural foi de apenas R\$ 252,81 sendo inferior quando comparado com o rendimento do estado.

Gráfico 20: Paraíba - Valor de rendimento médio mensal per capita de domicílios particulares permanentes em 2010 (R\$)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Conforme apresenta o Gráfico 21, os homens obtiveram um rendimento maior do que o das mulheres em todos os níveis de instrução, destacando-se a importância do grau de estudo. Percebe-se que para os mais escolarizados, como está evidente pelos dados, a camada de trabalhadores com nível superior completo, detém os maiores rendimentos, tanto pelos homens como pelas mulheres. Os dados mostram de forma mais detalhada a desigualdade de rendimento entre os sexos, neste caso, os homens que possuem ensino superior completo tem um rendimento de R\$ 4.780,09 mensais enquanto que as mulheres, com o mesmo grau de escolarização, recebem um pouco mais que a metade com 53,5% dos salários dos homens, ou seja, R\$ 2.556,70 mensais. Já para os que não possuem instrução ou tem apenas o ensino fundamental incompleto, os rendimentos salariais dos homens são de R\$ 567,63 mensais e o das mulheres é de apenas R\$ 419,13 mensais.

Gráfico 21: Paraíba - Valor do rendimento por gênero e por grau de instrução em 2010

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Na tabela 2 estão distribuídos os rendimentos médios mensais dos trabalhadores paraibanos no ano de 2010 e os grupos de contribuintes da previdência. Como está apresentado nos dados, os maiores rendimentos estão concentrados na classe de empregadores contribuintes que, naturalmente, são os que recebem um maior rendimento médio mensal de R\$ 5.300,81. A segunda maior classe de rendimento que contribui com o instituto de previdência é composta pelos militares e funcionários públicos estatutários com renda de R\$ 1.926,15 mensal, seguido pelos trabalhadores por conta própria contribuintes da previdência, com rendimentos de R\$ 1.689,08 por mês. A classe que recebe o menor salário e contribui para a previdência oficial é a dos empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada que recebem apenas R\$ 388,65 mensais.

Como os rendimentos estão distribuídos também por sexo, destaca-se o menor rendimento salarial das mulheres em praticamente todas as classes ocupacionais e também os baixos salários auferidos pelos trabalhadores sem carteira assinada. Observa-se que o rendimento das mulheres que trabalham informalmente como empregadas domésticas é muito baixo, apenas R\$ 259,20 mensais no ano de 2010, caracterizando a precária situação destas empregadas no mercado de trabalho informal que estão sem a proteção de seus direitos. No entanto, é grande também o número de trabalhadores que trabalham por conta própria e que não contribuem com a previdência, trabalhando em condições precárias e na informalidade. Desta forma, percebe-se o baixo rendimento dessa classe de trabalhadores que no ano de 2010 auferiu um rendimento nominal médio mensal de R\$ 579,44, ou seja, um rendimento muito pequeno quando comparamos esta mesma classe de trabalhadores com os que trabalham nas

condições de formalidade contribuindo para a previdência, com renda nominal média de R\$ 1.689,08, representando mais da metade do salário dos trabalhadores informais.

Tabela 3: Paraíba - Valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento do trabalho principal e contribuição para o instituto de previdência em 2010

Rendimento nominal médio mensal e contribuição para o instituto de previdência	Total	Homens	Mulheres
Empregados	859,39	911,05	790,52
Empregados - com CT assinada	934,57	971,7	872,74
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	1.962,15	2.438,01	1.604,25
Empregados - sem CT assinada	462,33	500,02	414,94
Empregados - sem CT assinada - contribuintes da previdência	808,08	885,68	741,18
Empregados - sem CT assinada - não contribuintes da previdência	397,61	441,86	337,82
Empregados - trabalhadores domésticos	332,77	561,92	317,76
Empregados - trabalhadores domésticos - com CT assinada	544,05	801,2	513,45
Empregados - trabalhadores domésticos - sem CT assinada	272,06	411,47	264,94
Empregados - trabalhadores domésticos - sem CT assinada - contribuintes da previdência	388,65	552,19	378,03
Empregados - trabalhadores domésticos - sem CT assinada - não contribuintes da previdência	266,06	402,26	259,2
Empregados - demais empregados	919,17	914,92	926,37
Empregados - demais empregados - com CT assinada	955,57	973,19	922,45
Empregados - demais empregados - sem CT assinada	505,32	501,47	513,2
Empregados - demais empregados - sem carteira de trabalho assinada - contribuintes da previdência	833,54	888,21	781,57
Empregados - demais empregados - sem CT assinada - não contribuintes da previdência	432,17	442,56	406,36
Conta própria	752,24	796,04	654,12
Conta própria - contribuintes da previdência	1.689,08	1.814,52	1.434,16
Conta própria - não contribuintes da previdência	579,44	614,96	498,38
Empregadores	4.302,59	4.782,42	3.363,15
Empregadores - contribuintes da previdência	5.300,81	6.108,09	3.858,86
Empregadores - não contribuintes da previdência	2.766,93	2.898,42	2.468,76

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria.

Os dados apresentados ilustram muito bem como tem se configurado a atividade econômica e o mercado de trabalho na Paraíba, evidenciando uma situação de fragilidade em questões como a escolaridade dos trabalhadores, o que se reflete em sua qualificação, além

das condições de trabalho que caracterizam a proliferação de ocupações informais e com baixa remuneração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever o processo de reestruturação produtiva a partir dos anos de 1990, pode-se concluir que esse processo alterou a dinâmica da atividade dos setores da economia do país, e consequentemente, do mercado de trabalho, em que observa-se, a exigência das empresas por trabalhadores com elevado nível de conhecimento e qualificação. Dentre essas alterações na produção econômica, grande parte dos trabalhadores foram absorvidos pelo setor de serviços, que conquistou mais importância, por causa de seu maior dinamismo em comparação com os demais setores da economia, resultando numa grande transformação, tanto na dinâmica dos setores produtivos, como das antigas formas de trabalho.

A atividade econômica de alguns setores veio perdendo força ao longo dos anos, por não conseguir competir com a cadeia produtiva de países desenvolvidos, que já tinham suas bases econômicas fortalecidas com as modernas formas de produção, equipadas com altas tecnologias. Com isso, a competitividade entre os países dificultou o desenvolvimento de economias pequenas como a do Brasil.

Com as transformações no processo de produção, o mercado de trabalho passou a ser alicerçado em grande parte pelo trabalho informal, já que uma enorme parcela da atividade econômica era representada pelo setor de serviços, caracterizado por empregar trabalhadores sem qualificação ou com baixo grau de instrução e, ainda, garantiam apenas rendimentos muito baixos e até inferiores ao salário mínimo vigente. Dessa forma, observou-se aumento da precarização das condições de trabalho e do nível de pobreza da população no país e, em especial, no estado da Paraíba. No entanto, vimos que a ação do governo foi de grande valia no controle desses problemas, com a adoção de políticas de emprego que amenizassem o problema da precarização da mão-de-obra, que era desprezada pelas novas organizações. Os programas garantiam a qualificação dos trabalhadores, visando reduzir o desemprego, que no início da década de 1990 aumentou com o processo de reestruturação.

Em conformidade com o que foi descrito nesse trabalho, sobre as alterações que o mercado de trabalho vem sentindo desde a década de 1990, observa-se que a Paraíba passou por algumas mudanças ao longo dos anos nas questões sociais, demográficas e econômicas. Estas, ao mesmo tempo em que refletem as particularidades históricas do desenvolvimento econômico do estado, também se constituem em fatores do seu atraso.

A partir da análise descritiva realizada nesse estudo observamos as características do estado da Paraíba, onde se percebe que este apresentou pequenas taxas de crescimento populacional, reduzindo a participação dos jovens e aumentando a população madura e idosa.

Contudo, o crescimento urbano exerceu uma pressão sobre o mercado de trabalho nos últimos anos, devido ao êxodo rural, que deslocou uma grande quantidade de pessoas para a área urbana. Também se verificou a maior participação das mulheres no mercado de trabalho devido, em parte, à redução do número de filhos ao longo dos anos, além de representar a maior proporção no crescimento populacional do estado.

A redução da população rural explica a diminuição de ocupados na agricultura, mas este fenômeno também é reflexo da queda na participação deste setor na atividade econômica da Paraíba, com pouca representatividade na produtividade econômica do estado onde este apresentou uma contribuição de apenas 4% no PIB no ano de 2010. Por outro lado, ficou evidente o crescimento do setor de serviços e indústria no estado, como representante da maior participação dos ocupados no mercado de trabalho, principalmente no setor de serviços. Este fato é preocupante por ser este setor um potencial gerador de ocupações em que as condições de trabalho são precárias.

Em relação à escolaridade da população paraibana, percebemos que houve um aumento do nível educacional no estado, onde as mulheres registraram um crescimento superior ao dos homens. Mesmo assim, o número de pessoas com baixo grau de escolaridade é muito grande. Conforme observamos, 64,94% da População Economicamente Ativa ainda é formada por trabalhadores sem instrução ou que no máximo tem ensino médio incompleto.

Constatou-se, também, que houve um leve crescimento do emprego formal na Paraíba representando um aumento dos contribuintes com a previdência. Mas, apesar disso, a informalidade no estado ainda é um caso alarmante, principalmente quando se considera o número de trabalhadores por conta própria que vem crescendo no estado.

Em relação aos rendimentos dos trabalhadores, observou-se que os maiores rendimentos estão concentrados na área urbana, tanto pelo aumento população urbana, como pela redução da produtividade do setor agropecuário. Por outro lado, na área urbana os maiores salários estão concentrados nos serviços industriais e no setor de serviços.

Quanto aos rendimentos por sexo, idade e instrução, os homens continuam recebendo salários superiores ao das mulheres em quase todos os grupos de idade e em todos os níveis de instrução em que possuem o mesmo grau de escolarização. Isso ocorre por elas ainda ocuparem cargos de menor prestígio e por ser a maior parte das ocupações informais.

A partir dessa caracterização, pode-se perceber a heterogeneidade das classes de trabalhadores que compõem o mercado de trabalho na Paraíba, onde é muito desigual a distribuição dos rendimentos e o grau de escolaridade da população.

A Paraíba passa por sérias limitações. Observou-se que a economia obteve um baixo crescimento econômico ao longo dos anos de 2000 a 2010 e que o PIB do estado ficou próximo ao PIB dos estados do Nordeste que apresentaram um pequeno crescimento. Apesar do crescimento da renda *per capita* mensal no decorrer dos anos, o estado ficou próximo dos estados da região que apresentaram pequeno crescimento do PIB *per capita*.

O Estado conseguiu, entre os períodos estudados, reduzir a pobreza, o número de indivíduos pobres e, conseqüentemente, a desigualdade de renda por meio de políticas assistencialistas. Mesmo assim, verifica-se um nível muito elevado de desigualdade e pobreza na Paraíba, revelando o atraso econômico do estado.

Com tudo isso, percebe-se a fragilidade e dificuldade do estado em ser uma economia competitiva. Nessas condições, dificilmente vai alcançar o dinamismo dos maiores estados da região, muito menos do país.

Apesar das grandes transformações que a reestruturação propôs com inovação das tecnologias e dos investimentos na Paraíba com a introdução de empresas conquistadas com a “guerra fiscal”, o estado não conseguiu acompanhar o crescimento do mercado de trabalho dos outros estados e regiões, encontrando-se bastante desestruturado. Desta forma, podemos afirmar que o estado não se encontra preparado para receber investimentos pesados, pois a qualidade dos trabalhadores em termos de qualificação ainda é muito precária. A Paraíba continua sendo uma economia composta, em sua maior parte, pelo setor de serviços que, por guardar características conservadoras, diminui a qualidade da geração dos postos de trabalho.

Nesse caso, é preciso que sejam reavaliadas as políticas públicas de emprego para que sejam mais eficientes e eficazes na sua aplicação e, desta forma, consigam abranger todas as classes de trabalhadores, em especial, os que se encontram mais vulneráveis no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jorge Souza. Evolução do mercado de trabalho paraibano no período recente: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de (Org.). **Qualificar para quê? Qualificação para quem? do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje**. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFPG, 2006.

ANTUNES, Ricardo (Org.). A era da informatização e a época da informalização. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Mundo do trabalho. 1 ed. São Paulo: Editora Boitempo, out. 2006.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: Oliveira, Marco Antônio de. **Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas (SP) UNICAMP/IE, 1998.

BONELLI, Regis. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Brasil – abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. 1 ed. São Paulo, 1999. p. 87-115.

BORGES, Ângela. **As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão**. Cad. CRH, Salvador, v.23, n.60, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mai. 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina; SILVA, Gilvanir Batista da; MATOS, Franco de. Sistema nacional de emprego: desempenho interestadual. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Reforma do estado & políticas de emprego no Brasil**. Campinas SP, UNICAMP/IE, 1998.

CARVALHO, Rejane Gomes. Política de desenvolvimento sustentável no estado da Paraíba: desenvolvimento sustentável ou sustentado? In: CAMPOS, Fred Leite Siqueira; TARGINO, Ivan; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes (Org.). **A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. p. 389-427.

CASTIONI, Remi. Reestruturação produtiva e (Re) qualificação profissional: Empregabilidade e Competências. **Força de Trabalho e Emprego**, v. 15, n. 01, p. 20, 1998. Disponível em: http://www.fe.unb.br/quem-e-quem/docentes/r/remi/publicacoes/2_Empregabilidade%20e%20Competencias.pdf. Acesso em 05 mar. 2014.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo**, v. 01, n. 09, p. 18, 2013. Disponível em: http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume9/01_EDUCACAO_PARA_EMPREENDEDORISMO_COMO%20ESTRATEGIA.pdf. Acesso em 08 mar. 2014.

COSTANZI, Rogério Nagamine; RIBEIRO, Helio Vinicius Moreira. Dinâmica do emprego formal no Nordeste 1985-2004. In: MONTE, Paulo Aguiar do; MOREIRA, Ivan Targino

(Org.). **Dinâmicas do mercado de trabalho no Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009. p. 151-177.

COUTINHO, Luciano; BALTAR, Paulo; CAMARGO, Fernando. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Brasil – abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. 1 ed. São Paulo, 1999. p. 61-85.

FERRETI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 18, n.59, ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mar. 2014.

FONTGALLAND, Isabel Lausanne. A economia Paraibana: particularidades e algumas discussões sobre indicadores de emprego de 1986 a 2001. In: CAMPOS, Fred Leite Siqueira; TARGINO, Ivan; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes (Org.). **A economia paraibana**: estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. p. 15-46.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. 1 ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, set. 2003.

LUNA, Iúri Novaes. Empreendedorismo e orientação profissional no contexto das transformações do mundo do trabalho. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 13, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 mar. 2014.

OLIVEIRA, Roberto Veras de. Qualificação profissional: um campo em disputa. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de (Org.). **Qualificar para quê? qualificação para quem? do global ao local**: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

POCHMANN, Marcio. Emprego e desemprego juvenil no Nordeste brasileiro. In: MONTE, Paulo Aguiar do; MOREIRA, Ivan Targino (Org.). **Dinâmicas do mercado de trabalho no Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009. p. 15-46.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Coleção Mundo do trabalho. 1 ed. Perdizes, São Paulo: Editora Boitempo, 2001.

POCHMANN, Marcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21. In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior (Org.). **Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho**. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO, BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Fortaleza, 2011.

POSTHUMA, Anne Caroline. Transformações do emprego no Brasil na década de 90. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO

TRABALHO. **Brasil – abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil:** políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. 1 ed. São Paulo, 1999. p. 11-32.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GIMENEZ, Denis Maracci; MORETTO, Amilton José. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade:** o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia, 2003.

TARGINO, Ivan; NETO, Enéas Dantas da Silva; BRASIL, Patrick Moraes. Política de incentivos fiscais e geração de emprego na indústria paraibana. In: CAMPOS, Fred Leite Siqueira; TARGINO, Ivan; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes (Org.). **A economia paraibana:** estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. p. 137-171.

SITES CONSULTADOS

CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Endereço: portal.mte.gov.br/caged. Dados obtidos de outubro a dezembro de 2013 e janeiro a março de 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Endereço: www.ibge.gov.br. Dados obtidos de outubro a dezembro de 2013 e janeiro a março de 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Endereço: www.ipeadata.gov.br. Dados obtidos de outubro a dezembro de 2013 e janeiro a março de 2014.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Endereço: www.mte.gov.br. Dados obtidos de outubro a dezembro de 2013 e janeiro a março de 2014.

RAIS – RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES ANUAIS. Endereço: portal.mte.gov.br/rais. Dados obtidos de outubro a dezembro de 2013 e janeiro a março de 2014.